



## RELATÓRIO DA CORREIÇÃO ORDINÁRIA REALIZADA NA 4ª VARA DO TRABALHO DE PASSO FUNDO EM 05.05.2016

Aos 05 dias do mês de maio de 2016, compareceu à sede da na 4ª Vara Trabalho de Passo Fundo a Excelentíssima Senhora **MARIA DA GRAÇA RIBEIRO CENTENO**, Desembargadora Corregedora do Tribunal do Trabalho da 4ª Região, acompanhada da Assistente da Assessoria Administrativa da Secretaria da Corregedoria Adriana Stangler e da Assistente da Assessoria Técnico-Operacional Cristina Bottega, para Correição Ordinária anual, nos termos legais e regimentais, conforme os autos do Processo Administrativo nº 0002144-52.2016.5.04.0000. A Desembargadora Corregedora e a sua equipe foram recebidas pela Juíza Titular, Odete Carlin, pelo Diretor de Secretaria, Vilsomar Rizzatto e pelos servidores lotados nessa Unidade Judiciária. Com base nas informações prestadas pelos Gestores, nos autos de processos analisados e nos dados oriundos dos sistemas disponibilizados a essa Corregedoria Regional, apurou-se o seguinte:

### 1 INFORMAÇÕES GERAIS

**Data da instalação da Vara do Trabalho:** 07.12.2011

**Data da última correição realizada:** 24.06.2015

**Data de Implantação do PJe:** 17.09.2014

**Jurisdição:** Camargo, Casca, Coxilha, Ernestina, Gentil, Itapuca, Marau, Mato Castelhana, Montauri, Nicolau Vergueiro, Nova Alvorada, Passo Fundo, Pontão, Santa Cecília do Sul, Santo Antônio do Palma, Serafina Corrêa, Sertão, São Domingos do Sul, Tapejara, Vanini, Vila Lângaro, Vila Maria e Água Santa.

**1.1 Período Correcionado: de 1º.01.2015 a 05.05.2016**

### 2 ESTRUTURA FUNCIONAL

#### 2.1 JUÍZES

##### 2.1.1 Juíza Atual

Juíza	Situação	Período
<b>Odete Carlin</b>	<b>Juíza Titular</b>	Desde 04.03.2013

(Fonte: Informações disponibilizadas pela Secretaria de Apoio aos Magistrados em 26.04.2016)

##### 2.1.2 Circunscrição

Nos termos da Portaria nº 01/2015, da Corregedoria Regional deste TRT, a na 4ª Vara Trabalho de Passo Fundo, pertence à 66ª circunscrição da jurisdição territorial da Justiça do Trabalho da 4ª Região, juntamente com a 1ª, 2ª e 3ª Varas da Comarca, o Posto Avançado da Justiça do Trabalho de Marau e a 1ª,



2ª e 3ª Varas do Trabalho de Erechim. Essa circunscrição compreende 04 (quatro) vagas de zoneamento, ocupadas pelos Juízes **Paula Silva Rovani Weiler, Evandro Luís Urnau, Nelsilene Leão de Carvalho Dupin e Taíse Sanchi Ferrão.**

### 2.1.3 Juízes que Atuaram no Período Correccionado

	Juiz (a)	Período(s)	Situação/Motivo	Total
1	<b>Odete Carlin</b>	<b>Juíza Titular desde 04.03.2013</b>		Há 3 anos, 2 meses e 1 dias
2	Evandro Luís Urnau (Juiz Substituto Zoneado na Circunscrição)	20.12.2014 a <b>06.01.2015*</b> <b>07.01 a 22.03.2015</b>	Afastamento da Juíza Titular, conforme PA nº 0004634-52.2013.5.04.0000	83 dias
		17 a 20.03.2016 30.03.2016 06, 20 e 27.04.2016	Atuação como Juiz Auxiliar	8 dias
3	Nelsilene Leão de Carvalho Dupin (Juíza Substituta Zoneada na Circunscrição)	<b>23.03 a 12.04.2015</b> 13.05 a 14.06.2015 03 a 16.08.2015 24.08 a 22.09.2015	Afastamento da Juíza Titular, conforme PA nº 0004634-52.2013.5.04.0000	95 dias
		15 a 28.06.2015 23.09 a 12.10.2015 10.02 a 10.03.2016	Férias da Juíza Titular	65 dias
4	Átila da Rold Roesler	<b>13.04 a 03.05.2015</b>	Afastamento da Juíza Titular, conforme PA nº 0004634-52.2013.5.04.0000	21 dias
5	Fernando Reichenbach	<b>04 a 12.05.2015</b>	Afastamento da Juíza Titular, conforme PA nº 0004634-52.2013.5.04.0000	9 dias
		13 a 18.10.2015	Férias da Juíza Titular	6 dias
6	Taíse Sanchi Ferrão (Juíza Substituta Zoneada na Circunscrição)	15.07 a 02.08.2015 19.08.2015 21 a 23.08.2015	Afastamento da Juíza Titular, conforme PA nº 0004634-52.2013.5.04.0000	22 dias
		<b>29.06 a 14.07.2015</b> 19 a 22.10.2015	Férias da Juíza Titular	20 dias

(Fonte: Informações disponibilizadas pela Secretaria de Apoio aos Magistrados em 26.04.2016)

\* A fração temporal anterior a 01.01.2015 foi desconsiderada, dada a finalidade deste relatório.



#### 2.1.4 Afastamentos da Juíza Titular durante o Período Correcionado

Juíza	Motivo	Dias de Afastamento	Total
Odete Carlin	Afastamento conforme PA nº 0004634-52.2013.5.04.0000	20.12.2014 a 14.06.2015* 15.07 a 22.09.2015	<b>234 dias</b>
	Férias	15.06 a 14.07.2015 23.09 a 22.10.2015 10.02 a 10.03.2016	<b>90 dias</b>

(Fonte: Informações disponibilizadas pela Secretaria de Apoio aos Magistrados em 26.04.2016)

\* A fração temporal anterior a 01.01.2015 foi desconsiderada, dada a finalidade deste relatório.

## 2.2 SERVIDORES

### 2.2.1 Servidores lotados na Unidade Judiciária

Considerando o que consta no Provimento CGJT nº 02/2015 da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, na recomendação contida na Ata de Correição Ordinária da CGJT realizada na 4ª Região em 2015, e ainda conforme os Processos Administrativos nº 0003511-48.2015.5.04.0000 e nº 0004510-98.2015.5.04.0000, restou determinado, dentre outros aspectos, que a lotação de pessoal ocorrerá exclusivamente em Vara do Trabalho quando na circunscrição houver Posto Avançado. Assim, os servidores anteriormente lotados em Postos Avançados vinculados à Vara única foram relotados na respectiva Vara, e os servidores lotados em Postos vinculados a Foro Trabalhista com mais de uma Unidade Judiciária, foram distribuídos proporcionalmente entre as Varas pertencentes àquele Foro. Desta forma, cada Posto Avançado funcionará com servidores lotados em Vara a sua disposição.

Apresenta-se na tabela a seguir parte da nova estrutura organizacional com lista de pessoal da 4ª Vara de Passo Fundo, onde constam os servidores que atualmente estão à disposição do Posto Avançado da Justiça do Trabalho de Marau.

Servidores lotados na 4ª Vara do Trabalho de Passo Fundo				
	Servidor (a)	Cargo	Função	Data de Exercício na Unidade Judiciária
1	Vilsomar Rizzatto	Técnico Judiciário – Área Administrativa	<b>Diretor de Secretaria (CJ3)</b>	09.12.2011
2	Lizane Guerra	Analista Judiciário - Área Judiciária	<b>Assistente de Juiz Titular (FC05)</b>	03.04.2013
-	Marcelo Ruschel de Moura	Analista Judiciário - Área Judiciária	<b>Assistente de Juiz Substituto (FC05)</b>	28.04.2015



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

3	Cassiane Vanzetto <sup>1</sup>	Técnico Judiciário – Área Administrativa	<b>Assistente de Diretor de Secretaria (FC04)</b>	01.10.2014
4	Lilian Feliciano dos Santos	Técnico Judiciário – Área Administrativa	<b>Secretária de Audiência (FC03)</b>	16.07.2013
5	Elisabete de Oliveira Algarve	Analista Judiciário - Área Judiciária	Assistente (FC02)	<b>07.12.2011</b>
6	Osmar Lorenzon	Técnico Judiciário – Área Administrativa	Assistente (FC02)	<b>12.12.2012</b>
7	Fabiane Ignaczak	Analista Judiciário - Área Judiciária	Assistente (FC02)	<b>24.01.2014</b>
8	Luci Dors	Técnico Judiciário – Área Administrativa	-	<b>07.12.2011</b>
9	Luciano Athayde Furstenau	Técnico Judiciário – Área Administrativa	-	<b>12.12.2012</b>
10	Paulo Cesar Saccomori	Analista Judiciário - Área Judiciária	-	<b>12.12.2012</b>
11	Gildete Fornari Grando	Analista Judiciário - Área Administrativa	-	<b>04.09.2013</b>

**Servidores lotados na 4ª Vara do Trabalho de Passo Fundo à Disposição do Posto  
Avançado da Justiça do Trabalho de Marau**

	Servidor (a)	Cargo	Função	Data de Exercício na Unidade Judiciária
12	Maria Raquel Ebone	Técnico Judiciário – Área Administrativa	<b>Assistente-Chefe de Posto (FC05)</b>	19.11.2009
13	Lélia Luiza Barbieri	Técnico Judiciário – Área Administrativa	-	19.05.2014

(Fonte: Consulta do Sistema Recursos Humanos em 12.04.2016 e revisão em 26.04.2016)

<sup>1</sup> A servidora registra lotação anterior na Unidade Judiciária de 15.12.2011 a 20.10.2013.

## 2.2.2 Padronização da Estrutura de Pessoal – Resolução nº 63/CSJT

Processos Recebidos (Média Trienal dos anos de 2013, 2014 e 2015)	Faixa Processual (Resolução nº 63/2010)	Lotação na Unidade Judiciária	Lotação Adequada (Resolução nº 63/2010)
1.344 processos	1.001 a 1.500	<b>13 servidores</b>	11 a 12 servidores

A Resolução nº 63/2010 do CSJT instituiu a padronização da estrutura organizacional e de pessoal dos órgãos da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus. Consideradas as alterações realizadas posteriormente pelas Resoluções nº 77 e 83/2011, também do CSJT, e, visando ao cumprimento da



Meta Nacional nº 3 do Conselho Nacional de Justiça para o exercício de 2014, o Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região adotou os seguintes critérios para definição da lotação mínima das unidades judiciárias de 1º grau: a) quando a movimentação processual se situar na metade inferior da faixa correspondente, o quantitativo de servidores será igual ao do limite inferior e b) quando a movimentação processual se situar na metade superior da faixa correspondente, o quantitativo de servidores será igual ao do limite superior. A Administração estabeleceu como diretriz a utilização do número máximo de servidores previsto na Resolução CSJT 63/2010, sempre que possível, para cada faixa de movimentação processual das Varas do Trabalho.

Com base no exposto, o número atual de servidores da na 4ª Vara Trabalho de Passo Fundo **excede** os parâmetros previstos nas referidas normas.

Há que se ressaltar, no entanto: a) diante da publicação recente do Provimento CGJT nº 02/2015 determinando a relocação de servidores dos Postos Avançados nas Varas Trabalhistas da respectiva circunscrição e, b) o conseqüente e necessário retorno dos processos então distribuídos aos Postos Avançados para as respectivas Varas - que as faixas processuais e a adequação de lotação das Unidades Judiciárias constantes da Resolução CSJT nº 63/2010 e alterações posteriores, carecerão de análise. Nesse sentido, visando a fazer frente aos dados administrativos e judiciários advindos da tomada em conjunto de informações a partir do momento presente, buscar-se-á ajustar o dimensionamento da estrutura de pessoal à nova realidade imposta pela concentração de registro dos processos trabalhistas em Varas.

### 2.2.3 Afastamentos dos Servidores durante o Período Correcionado

Servidor (a)	Motivo	Nº de dias de Afastamento	Total (em dias)
<b>Cassiane Vanzetto</b>	Curso ou Evento (CURS)	3	<b>3</b>
<b>Elisabete de Oliveira Algarve</b>	Curso ou Evento (CURS)	2	<b>2</b>
<b>Fabiane Ignaczak</b>	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	1	<b>1</b>
<b>Gildete Fornari Grandó</b>	-	-	-
<b>Lélia Luiza Barbieri</b>	Fruição dos Dias Trabalhados nas Eleições (TREF)	2	<b>2</b>
<b>Lilian Feliciano dos Santos</b>	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	15	<b>15</b>
<b>Lizane Guerra</b>	-	-	-
<b>Luci Dors</b>	Curso ou Evento (CURS)	2	<b>2</b>
<b>Luciano Athayde Furstenau</b>	-	-	-
<b>Maria Raquel Ebone</b>	Curso ou Evento (CURS)	3	<b>3</b>
<b>Marcelo Ruschel de Moura*</b> <i>(desde 28.04.2015)</i>	Licença-Paternidade (PAT)	5	<b>5</b>
<b>Osmar Lorenzon</b>	Curso ou Evento (CURS)	2	<b>2</b>
<b>Paulo Cesar Saccomori</b>	-	-	-



<b>Vilsomar Rizzato</b>	Curso ou Evento (CURS)	4	<b>4</b>
-------------------------	------------------------	---	----------

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 12.04.2016)

\* Servidor lotado na Unidade Judiciária inspecionada durante a vigência do período correccionado: somente são computados os afastamentos ocorridos a partir da data da vinculação do servidor à referida Unidade.

## 2.2.4 Greve dos Servidores durante o Período Correccionado

Considerando sua influência nos dados estatísticos, registra-se o **movimento grevista deflagrado pelos servidores do Judiciário Federal no ano de 2015**. Na Vara do Trabalho inspecionada, houve restrição de horário dos expedientes externo e interno no período de 22.06 a 14.09.2015, mantidos a realização de audiências e o curso dos prazos processuais, totalizando 2 meses e 23 dias de adesão à greve pelos servidores, conforme as **Portarias n. 01 e 02/2015** da Coordenadoria de Controle da Direção do Foro, expedidas pela Juíza Diretora do Foro à época, Cristiane Bueno Marinho; e **Portarias n. 01 e 02/2015** da 4ª Vara do Trabalho de Passo Fundo, expedidas pela Juíza Substituta zoneada Nelsilene Leão de Carvalho Dupin.

## 2.2.5 Movimentação de Servidores durante o Período Correccionado

	Servidor (a)	Data de Lotação	Data de Saída	Tempo de Permanência na Unidade Judiciária	Motivo da Saída
1	Flávia Andréa Prudêncio Costa*	10.03.2014	<b>12.04.2015</b>	1 ano, 1 mês e 3 dias	Lotação na 1ª Vara do Trabalho de Sapucaia do Sul – <b>Assistente de Gabinete (FC05)</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 12.04.2016 e revisão em 27.04.2016)

\* A servidora já ocupava função comissionada de Assistente de Juiz Substituto (FC05) na Vara do Trabalho correccionada.

## 2.2.6 Estagiários

	Estagiário (a)	Curso em Andamento	Período
1	<b>Priscila de Lima Rodrigues</b>	Superior em Direito	<b>23.02.2015 a 22.08.2016</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 12.04.2016 e revisão em 27.04.2016)

## 2.3 CAPACITAÇÃO

### 2.3.1 Capacitação da Juíza Titular e dos Juízes Substitutos zoneados durante o Período Correccionado

Juiz (a)	Gestão Estratégica (em horas)	PJe (em horas)	Demais Cursos (em horas)	Total (em horas)
Titular <b>Odete Carlin</b>	-	-	-	-





Substitutos zoneados	<b>Evandro Luís Urnau</b>	-	-	67,5	<b>67,5</b>
	<b>Nelsilene Leão de Carvalho Dupin</b>	-	-	36	<b>36</b>
	<b>Paula Silva Rovani Weiler</b>	-	-	69,5	<b>69,5</b>
	<b>Táise Sanchi Ferrão</b>	-	-	6	<b>6</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 12.04.2016 – a totalização da carga horária de capacitação não leva em consideração a data de vinculação do Magistrado nem sua permanência em uma Unidade Judiciária específica).

### 2.3.2 Capacitação dos Servidores durante o Período Correcionado

Servidor (a)	Gestão Estratégica (em horas)	PJe (em horas)	Demais Cursos (em horas)	Total (em horas)
<b>Cassiane Vanzetto</b>	20	-	117	<b>137</b>
<b>Elisabete de Oliveira Algarve</b>	20	-	41	<b>61</b>
<b>Fabiane Ignaczak</b>	-	-	-	<b>-</b>
<b>Gildete Fornari Grando</b>	20	-	45	<b>65</b>
<b>Lélia Luiza Barbieri</b>	20	-	120	<b>140</b>
<b>Lilian Feliciano dos Santos</b>	-	-	-	<b>-</b>
<b>Lizane Guerra</b>	-	-	50	<b>50</b>
<b>Luci Dors</b>	20	-	67	<b>87</b>
<b>Luciano Athayde Furstenau</b>	-	-	-	<b>-</b>
<b>Maria Raquel Ebone**</b>	-	-	36	<b>36</b>
<b>Marcelo Ruschel de Moura</b>	-	-	-	<b>-</b>
<b>Osmar Lorenzon</b>	-	-	12	<b>12</b>
<b>Paulo Cesar Saccomori</b>	-	-	-	<b>-</b>
<b>Vilsomar Rizzato*</b>	-	-	26,5	<b>26,5</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 12.04.2016 – a totalização da carga horária de capacitação não leva em consideração a data de lotação do servidor nem sua permanência em uma Unidade Judiciária específica).

\* Gestor da Unidade Judiciária.

\*\* Assistente-Chefe do Posto Avançado da Justiça do Trabalho de Marau

## **3 MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL**

### **3.1 FAIXA DE MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL DA UNIDADE**

Nos termos dos anexos III e IV da Resolução nº 63/2010 do CSJT foram estabelecidas faixas de movimentação processual para padronização estrutural e de pessoal dos órgãos de primeiro grau da Justiça do Trabalho. Para fins comparativos e de análise da evolução dos dados estatísticos, as Varas do Trabalho da 4ª Região foram classificadas conforme os critérios de movimentação processual estabelecidos naquela Resolução.



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

Em face disso, a 4ª Vara do Trabalho de Passo Fundo foi enquadrada na faixa de movimentação processual de 1.001 a 1.500 processos por ano. **Essa média foi obtida com a soma dos processos que tramitam na própria Unidade, bem como aqueles que tramitam no Posto Avançado de Marau, mas que estão vinculados à 4ª Vara do Trabalho de Passo Fundo.**

Dessa forma, os dados estatísticos da Unidade serão comparados com a média das demais Unidades Judiciárias situadas na mesma faixa de movimentação processual constantes do quadro abaixo, bem como com a média de todas as unidades de 1ª instância do TRT4.

Unidades Judiciárias com 1.001 a 1.500 processos por ano	2013	2014	2015	Média
Alvorada - 1ª Vara	1.033	1.069	1.161	1.087,67
Bagé - 1ª Vara	1.261	1.354	1.222	1.279,00
Bagé - 2ª Vara	1.251	1.362	1.212	1.275,00
Cachoeirinha - 1ª Vara	1.289	1.372	1.616	1.425,67
Cachoeirinha - 2ª Vara	1.298	1.379	1.606	1.427,67
Camaquã - 1ª Vara	780	1.239	1.072	1.030,33
Canoas - 1ª Vara	1.377	1.463	1.625	1.488,33
Canoas - 2ª Vara	1.365	1.496	1.555	1.472,00
Canoas - 3ª Vara	1.413	1.431	1.556	1.466,67
Canoas - 4ª Vara	1.368	1.497	1.581	1.482,00
Carazinho - 1ª Vara	1.351	1.520	1.492	1.454,33
Caxias do Sul - 6ª Vara	1.329	1.423	1.594	1.448,67
Cruz Alta - 1ª Vara	1.009	1.160	1.261	1.143,33
Farroupilha - 1ª Vara	936	1.118	1.303	1.119,00
Gramado - 1ª Vara	932	1.047	1.230	1.069,67
Gramado - 2ª Vara	933	1.043	1.207	1.061,00
Gravataí - 1ª Vara	1.203	1.373	1.522	1.366,00
Gravataí - 2ª Vara	1.200	1.348	1.506	1.351,33
Gravataí - 3ª Vara	1.204	1.359	1.524	1.362,33
Gravataí - 4ª Vara	1.214	1.343	1.515	1.357,33
Ijuí - 1ª Vara	1.110	1.202	1.006	1.106,00
Lajeado - 1ª Vara	1.203	1.362	1.219	1.261,33
Lajeado - 2ª Vara	1.223	1.359	1.197	1.259,67
Montenegro - 1ª Vara	1.256	1.314	1.308	1.292,67
Novo Hamburgo - 1ª Vara	1.218	1.263	1.230	1.237,00





PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

Novo Hamburgo - 2ª Vara	1.260	1.286	1.252	1.266,00
Novo Hamburgo - 3ª Vara	1.263	1.327	1.222	1.270,67
Novo Hamburgo - 4ª Vara	1.301	1.292	1.248	1.280,33
Novo Hamburgo - 5ª Vara	1.236	1.305	1.218	1.253,00
Palmeira das Missões - 1ª Vara	1.068	1.013	1.350	1.143,67
Passo Fundo - 1ª Vara	1.229	1.185	1.448	1.287,33
Passo Fundo - 2ª Vara	1.144	1.165	1.499	1.269,33
Passo Fundo - 3ª Vara	1.188	1.414	1.383	1.328,33
<b>Passo Fundo - 4ª Vara</b>	<b>1.191</b>	<b>1.402</b>	<b>1.439</b>	<b>1.344,00</b>
Pelotas - 1ª Vara	1.235	1.164	1.115	1.171,33
Pelotas - 2ª Vara	1.234	1.168	1.112	1.171,33
Pelotas - 3ª Vara	1.237	1.155	1.098	1.163,33
Pelotas - 4ª Vara	1.228	1.171	1.110	1.169,67
Porto Alegre - 18ª Vara	1.500	1.111	1.504	1.371,67
Santa Cruz do Sul - 1ª Vara	1.188	1.186	1.295	1.223,00
Santa Cruz do Sul - 2ª Vara	1.275	1.202	1.360	1.279,00
Santa Cruz do Sul - 3ª Vara	1.146	1.223	1.319	1.229,33
Santa Maria - 1ª Vara	1.135	1.197	1.360	1.230,67
Santa Maria - 2ª Vara	1.134	1.195	1.323	1.217,33
Santo Ângelo - 1ª Vara	1.160	1.330	1.250	1.246,67
São Jerônimo - 1ª Vara	970	1.104	1.120	1.064,67
Sapiranga - 1ª Vara	1.407	1.509	1.282	1.399,33
Sapiranga - 2ª Vara	1.411	1.447	1.268	1.375,33
Sapiranga - 3ª Vara	1.411	1.447	1.280	1.379,33
Taquara - 1ª Vara	1.398	1.379	1.349	1.375,33
Taquara - 2ª Vara	1.408	1.342	1.588	1.446,00
Taquara - 3ª Vara	1.411	1.347	1.333	1.363,67
Taquara - 4ª Vara	1.399	1.331	1.360	1.363,33
Triunfo - 1ª Vara	1.211	1.473	1.160	1.281,33
Uruguaiana - 1ª Vara	1.588	1.273	1.161	1.340,67
Uruguaiana - 2ª Vara	1.581	1.254	1.140	1.325,00
<b>Unidades com 1.001 a 1.500 processos por ano</b>	<b>69.303</b>	<b>72.293</b>	<b>74.266</b>	<b>1.284,89</b>



(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 04.04.2016)

### 3.2 ACERVO DE PROCESSOS EM TRAMITAÇÃO

Situação	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 31.03)	Variação 2015- 2016
<b>Pendentes de finalização na fase de conhecimento*</b>	1.833	2.049	11,78%	2.089	1,95%
<b>Pendentes de finalização na fase de liquidação**</b>	135	107	-20,74%	116	8,41%
<b>Pendentes de finalização na fase de execução***</b>	629	781	24,17%	861	10,24%
<b>Cartas precatórias e de ordem pendentes de devolução</b>	50	41	-18,00%	42	2,44%
<b>Total</b>	<b>2.647</b>	<b>2.978</b>	<b>12,50%</b>	<b>3.108</b>	<b>4,37%</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 04.04.2016)

\* Consideram-se finalizados, na fase de conhecimento, os processos: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso; b) arquivados definitivamente; c) com entrega definitiva dos autos à parte; d) com início da fase de liquidação ou de execução.

\*\* Consideram-se finalizados, na fase de liquidação, os processos: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso, para liquidação; b) arquivados definitivamente; c) as Execuções Provisórias em Autos Suplementares apensadas aos autos principais; d) com execução iniciada.

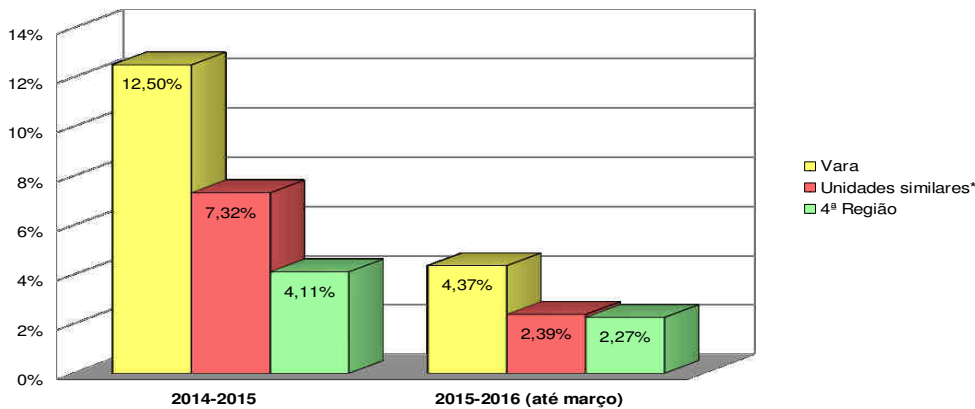
\*\*\* Consideram-se finalizados os processos de execução de títulos judiciais e extrajudiciais: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso, para execução; b) arquivados definitivamente; c) as Execuções Provisórias em Autos Suplementares apensadas aos autos principais.

No ano de 2015, houve elevação de 12,50% no acervo de processos tramitando na Unidade Judiciária. Em números absolutos, o conhecimento foi a fase que mais contribuiu para esse aumento no estoque (acréscimo de 216 processos), ao passo que a execução foi a fase cujo acervo apresentou a maior elevação percentual (acréscimo de 152 processos, o que corresponde a um aumento de 24,17%). Por sua vez, a liquidação foi a fase que apresentou maior queda em seu estoque (decréscimo de 28 processos, equivalente a uma redução de 20,74%). Constata-se, ainda, que nos três primeiros meses de 2016 a Unidade Judiciária apresentou um acréscimo de 130 processos em seu acervo, o que importa em uma majoração de 4,37%.

A elevação no estoque de processos na 4ª Vara do Trabalho de Passo Fundo em 2015 foi superior tanto à tendência verificada nas demais unidades da mesma faixa de movimentação processual (as quais registraram elevação de 7,32% em seu acervo médio) quanto à média de toda a 4ª Região (na qual se verificou um aumento de 4,11% no número de processos em tramitação). Ademais, no período de janeiro a março de 2016, o estoque de processos tramitando avançou 4,37%, índice acima da média das Unidades com tramitação processual entre 1.001 e 1.500 processos por ano, bem como da média regional no período, como aponta o gráfico abaixo:



Variação do acervo de processos tramitando



### 3.3 FASE DE CONHECIMENTO

#### 3.3.1 Processos Pendentes de Solução

	2014	2015	Varição 2014-2015	2016 (até 31.03)	Varição 2015-2016
<b>Casos novos</b>	1.413	1.439	1,84%	384	-73,31%
<b>Sentenças anuladas/reformadas</b>	10	4	-60,00%	2	-50,00%
<b>Processos solucionados (com e sem resolução de mérito)*</b>	1.164	1.355	16,41%	381	-71,88%
<b>Processos pendentes de solução</b>	<b>1.060</b>	<b>1.117</b>	<b>5,38%</b>	<b>1.115</b>	<b>-0,18%</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 04.04.2016)

\* Consideram-se solucionados, na fase de conhecimento, os processos em que proferida decisão com ou sem resolução de mérito

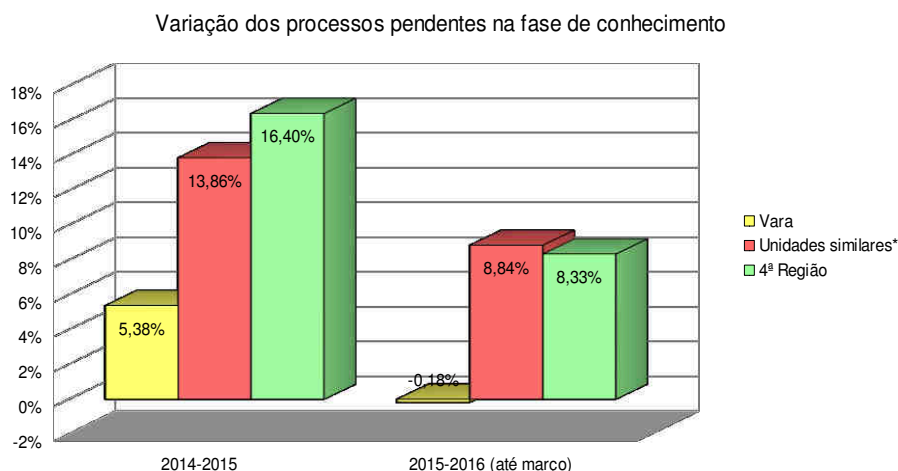
No ano de 2015, registrou-se uma elevação de 5,38% no estoque de processos pendentes na fase de conhecimento em relação ao período anterior (de 1.060 para 1.117 processos). Tal aumento, contudo, foi inferior tanto à média das unidades de mesma faixa de movimentação processual (as quais registraram uma elevação de 13,86% em seu acervo médio) quanto à média de todo o regional (onde o número de processos pendentes na fase de conhecimento avançou 16,40%).

O principal fator que contribuiu para esse acréscimo no estoque foi o aumento de 1,84% na média mensal de casos novos (a qual passou de 117,75 processos, em 2014, para 119,92 processos, em 2015), o que importou em uma diferença de 6,20% entre o número de casos novos (1.439) e de processos solucionados (1.355) no ano de 2015. Sinale-se, por relevante, que a média mensal de processos solucionados também apresentou elevação (16,41%) na comparação entre os anos de 2014 e de 2015, mas em índice insuficiente para impedir o aumento do estoque.

Por sua vez, nos três primeiros meses de 2016, a Unidade Judiciária apresentou um decréscimo de 02 processos em seu acervo de processos pendentes na fase de conhecimento. Essa relativa estabilidade denota um



desempenho superior tanto à média das unidades similares quanto à média de toda a 4ª Região no mesmo período de 2016, conforme demonstrado no gráfico:



Ainda quanto aos processos pendentes de solução na fase de conhecimento, verifica-se que a maior parte destes se encontrava aguardando encerramento da instrução processual em 31.12.2015 (59,98%). Além disso, convém destacar que, no período de 31.12.2014 a 31/03/2016, houve uma redução de 23 processos no número de feitos aguardando a prolação de sentença com prazo vencido na Unidade. Especificações no quadro abaixo:

Situação dos processos pendentes na fase de conhecimento					
	2014	2015	Varição 2014-2015	2016 (até 31.03)	Varição 2015-2016
<b>Aguardando 1ª sessão de audiência</b>	179	275	53,63%	341	24,00%
<b>Aguardando encerramento da instrução</b>	719	670	-6,82%	710	5,97%
<b>Aguardando prolação de sentença – no prazo</b>	124	98	-20,97%	49	-50,00%
<b>Aguardando prolação de sentença – com prazo vencido</b>	38	74	94,74%	15	-79,73%
<b>TOTAL</b>	<b>1.060</b>	<b>1.117</b>	<b>5,38%</b>	<b>1.115</b>	<b>-0,18%</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 04.04.2016)

### 3.3.2 Processos solucionados em relação aos distribuídos\* e em relação aos pendentes de julgamento\*\*

Processos solucionados em relação aos distribuídos					
	2014	2015	Varição 2014-2015	2016 (até 31.03)	Varição 2015-2016
<b>Passo Fundo – 4ª Vara</b>	82,38%	94,16%	14,31%	99,22%	5,37%
<b>Unidades Similares</b>	86,02%	89,46%	4,00%	74,68%	-16,52%
<b>TRT4 – 1ª Instância</b>	85,97%	89,11%	3,66%	75,96%	-14,76%



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 04.04.2016)

\* Fórmula: [número de processos solucionados / processos recebidos]

Em 2015, foram solucionados na Unidade Judiciária 94,16% dos processos distribuídos no mesmo período, constatando-se um aumento de 14,31% em relação ao índice do ano anterior. Desse modo, o índice da Unidade foi superior à média das demais unidades constantes da mesma faixa de movimentação processual e à média geral do TRT4 em 4,70 e 5,05 pontos percentuais, respectivamente.

Processos solucionados em relação ao total de processos pendentes de julgamento					
	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 31.03)	Variação 2015-2016
<b>Passo Fundo – 4ª Vara</b>	51,78%	54,22%	4,72%	25,38%	-53,19%
<b>Unidades Similares</b>	55,92%	54,87%	-1,87%	19,89%	-63,76%
<b>TRT4 – 1ª Instância</b>	55,85%	55,20%	-1,16%	20,26%	-63,30%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 04.04.2016)

\*\* Fórmula: [número de processos solucionados / (resíduo anterior + processos recebidos)]

Quando considerado na base de cálculo o resíduo de processos pendentes do período anterior, o índice de processos julgados pela na 4ª Vara Trabalho de Passo Fundo foi de 54,22% do número total de processos pendentes de julgamento, resultado 4,72% superior ao verificado no ano anterior. Esse desempenho, por sua vez, foi similar tanto à média das demais unidades da mesma faixa de movimentação processual quanto à média de toda a 4ª Região.

### 3.3.3 Processos Solucionados

Processos solucionados							
Tipo de solução		2014		2015		2016 (até 31.03)	
		QTD	%	QTD	%	QTD	%
Com exame de mérito	<b>Conciliação</b>	584	50,17	533	39,34	125	32,81
	<b>Julgado procedente</b>	24	2,06	29	2,14	9	2,36
	<b>Julgado procedente em parte</b>	328	28,18	518	38,23	176	46,19
	<b>Julgado improcedente</b>	109	9,36	112	8,27	37	9,71
	<b>Extinto</b>	5	0,43	8	0,59	2	0,52
	<b>Outras decisões</b>	0	0,00	0	0,00	0	0,00
	<b>SUBTOTAL</b>	<b>1.050</b>	<b>90,21</b>	<b>1.200</b>	<b>88,56</b>	<b>349</b>	<b>91,60</b>
Sem exame	<b>Extinto</b>	21	1,80	63	4,65	5	1,31
	<b>Arquivamento (art. 844 CLT)</b>	53	4,55	63	4,65	16	4,20
	<b>Desistência</b>	25	2,15	27	1,99	6	1,57



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

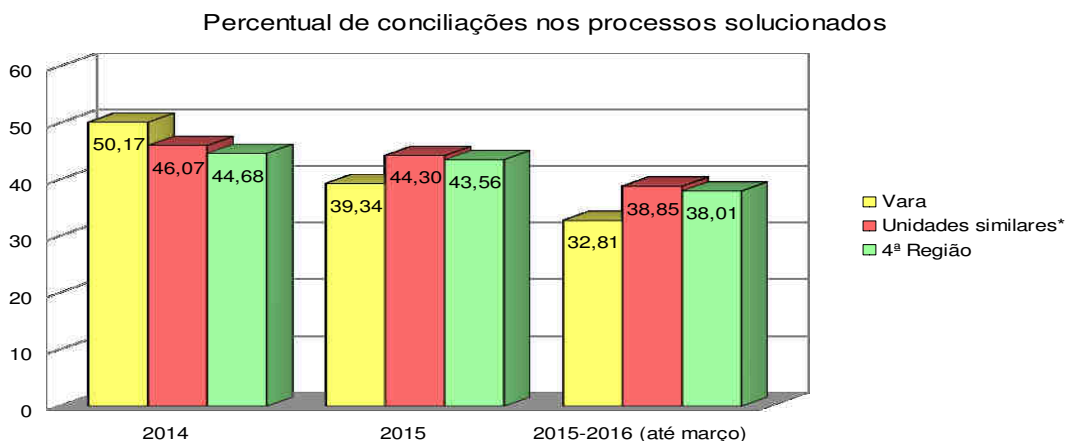
de mérito	Outras decisões	15	1,29	2	0,15	5	1,31
	<b>SUBTOTAL</b>	<b>114</b>	<b>9,79</b>	<b>155</b>	<b>11,44</b>	<b>32</b>	<b>8,40</b>
<b>TOTAL</b>		<b>1.164</b>	<b>100</b>	<b>1.355</b>	<b>100</b>	<b>381</b>	<b>100</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 04.04.2016)

Verificou-se uma elevação de 191 processos solucionados na Unidade Judiciária em 2015 na comparação com o ano anterior, o que representa um acréscimo de 16,41%. Esse aumento supera o desempenho tanto das demais unidades constantes da mesma faixa de movimentação processual (as quais registraram uma elevação média de 2,60% no número de processos solucionados na comparação com o ano de 2014), quanto do Regional como um todo (o qual, em 2015, apresentou um aumento de 8,13% no número de processos solucionados em relação ao ano anterior).

Dentre os tipos de solução, verificou-se incremento no número de decisões com resolução de mérito na Unidade. Excluídas as homologações de acordo, no ano de 2014 foram proferidas 466 decisões com resolução de mérito na Unidade; em 2015, esse número alcançou 667 decisões, representando um aumento de 43,13%. Dessa forma, o desempenho da Unidade nesse quesito foi superior ao resultado médio obtido no conjunto das demais varas similares (as quais registraram uma elevação de 8,33% no número de decisões com resolução de mérito) quanto à média das unidades de primeira instância de toda a 4ª Região (a qual avançou 7,56%).

A análise do quadro acima demonstra, ainda, uma queda na quantidade de processos solucionados por conciliação na Unidade Judiciária: em 2014, o número de conciliações na fase de conhecimento foi de 584, representando 50,17% dos processos solucionados; já em 2015, o número total de conciliações alcançou 533, correspondendo a 39,34% – índice inferior tanto à média das unidades similares à correccionada (que foi de 44,30%) quanto à média regional de 2015 (que foi de 43,56%). Por fim, constata-se que entre janeiro e março do corrente ano, o índice de processos solucionados mediante acordo na fase de conhecimento foi de 32,81% - resultado novamente inferior à média das unidades similares e à média regional no período, conforme explicitado no gráfico que segue:







### 3.4 FASE DE LIQUIDAÇÃO

#### 3.4.1 Processos pendentes de liquidação

	Liquidações				
	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 31.03)	Variação 2015-2016
<b>Iniciadas</b>	279	305	9,32%	97	-68,20%
<b>Encerradas</b>	195	305	56,41%	70	-77,05%
<b>Pendentes</b>	<b>133</b>	<b>103</b>	<b>-22,56%</b>	<b>113</b>	<b>9,71%</b>
<b>Arquivo Provisório</b>	0	0	-	0	-

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 04.04.2016)

O número de processos pendentes na fase de liquidação caiu de 133, em 2014, para 103, em 2015, importando em uma redução de 22,56%. Tal desempenho foi superior tanto ao das unidades com movimentação processual similar (as quais apresentaram uma elevação média de 10,05%) quanto à média de toda a 4ª Região (cujo estoque de processos pendentes na fase de liquidação apresentou um aumento de 5,88%). Por outro lado, nos três primeiros meses de 2016, houve um acréscimo de 10 processos pendentes na fase de liquidação em relação a 31.12.2015 - o que corresponde a um aumento de 9,71%, índice superior tanto à média das unidades similares à correccionada (aumento de 3,76%), quanto à média regional de 2016, (aumento de 2,18%).

Apesar do bom resultado obtido pela Unidade em 2015, o número de liquidações iniciadas e encerradas no ano em questão (segundo o sistema e-Gestão) foi idêntico, o que deveria ocasionar estabilidade no número de liquidações pendentes; mesma sorte, os dados de 2016 deveriam indicar um aumento maior no número de liquidações que aguardam encerramento. Face a essa distorção estatística, foram identificados **38 processos** nos quais foram lançados registros de liquidação e execução iniciadas nos sistemas informatizados, mas nos quais não consta o movimento de liquidação encerrada. Abaixo, citam-se, por amostragem, alguns equívocos nos movimentos processuais cometidos pela Unidade:

<b>1</b>	<b>Processo nº 0139700-97.2009.5.04.0661</b>
<b>Situação processual:</b> trata-se de processo já solucionado recebido por redistribuição, em 14.12.2012, da 1ª Vara do Trabalho de Passo Fundo. Em 05.09.2013, foi inserido no sistema informatizado o movimento “expedida notificação – apresentar cálculos de liquidação”, o que deu início à fase de liquidação. Na mesma data (22 segundos após), foi inserido o andamento “alteração manual de fase”, dando início à fase de execução. Dessa forma, o sistema e-Gestão registrou uma liquidação iniciada, mas não houve registro do encerramento dessa liquidação.	
<b>2</b>	<b>Processo nº 0001363-17.2012.5.04.0664</b>
<b>Situação processual:</b> trata-se de processo solucionado em 28.04.2014. Em 12.03.2015, foi inserido no sistema informatizado o andamento “alteração manual de fase”, dando início à fase de liquidação. Na mesma data (44 minutos após), foi inserido o movimento “Expedido Mandado – Citação (por Oficial de Justiça)”, dando início à fase de execução. Dessa forma, o sistema e-	



Gestão registrou uma liquidação iniciada, mas não houve registro do encerramento dessa liquidação.

**3 Processo nº 0020092-86.2015.5.04.0664**

**Situação processual:** em 24.02.2015, foi prolatada sentença extinguindo o processo por abandono da causa pelo autor, na qual foram arbitradas (e não dispensadas) as custas processuais no valor de R\$ 561,99. Em 13.03.2015, às 15h52min, foi inserido no sistema PJe-JT o movimento “iniciada a liquidação por cálculos” e, na mesma data (39 segundos após), o movimento “iniciada a execução trabalhista definitiva”. **Dessa forma, houve o cômputo de uma liquidação iniciada gerado por movimento indevido no processo.**

**4 Processo nº 0020318-28.2014.5.04.0664**

**Situação processual:** em 04.03.2015, foi prolatada sentença líquida julgando procedente em parte o processo. Em 17.03.2015, às 11h02min, foi inserido no sistema PJe-JT o movimento “iniciada a liquidação por cálculos” e, na mesma data (44 segundos após), o movimento “iniciada a execução trabalhista definitiva”. **Dessa forma, houve o cômputo de uma liquidação iniciada gerado por movimento indevido no processo.**

Destaca-se que tanto o equívoco no lançamento do início da fase de liquidação, nos casos em que inexistente, quanto o não cômputo do final da fase de liquidação, prejudicam sobremaneira os indicativos estatísticos da Unidade Judiciária e do TRT4, especialmente nos quesitos de finalização de liquidações e distorção geral do prazo médio da fase de liquidação.

### 3.4.2 Liquidações encerradas em relação às iniciadas\* e em relação ao total pendente de encerramento\*\*

Liquidações encerradas em relação às iniciadas					
	2014	2015	Varição 2014-2015	2016 (até 31.03)	Varição 2015-2016
<b>Passo Fundo – 4ª Vara</b>	69,89%	100,00%	43,08%	72,16%	-27,84%
<b>Unidades Similares</b>	84,69%	89,42%	5,59%	80,29%	-10,21%
<b>TRT4 – 1ª Instância</b>	88,03%	88,43%	0,46%	81,81%	-7,49%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 04.04.2016)

\* Fórmula: [número de liquidações encerradas / número de liquidações iniciadas]

Em 2015, foram encerradas na Unidade Judiciária 100% das liquidações iniciadas no mesmo período, constatando-se uma elevação de 43,08% em relação ao índice do ano anterior. Dessa forma, o índice da Unidade foi superior à média das demais unidades constantes da mesma faixa de movimentação processual e à média geral do TRT4 em 10,58 e 11,57 pontos percentuais, respectivamente.

Liquidações encerradas em relação ao total pendente de encerramento					
	2014	2015	Varição 2014-2015	2016 (até 31.03)	Varição 2015-2016
<b>Passo Fundo – 4ª Vara</b>	57,35%	69,63%	21,41%	35,00%	-49,74%



<b>Unidades Similares</b>	56,00%	55,23%	-1,37%	22,07%	-60,04%
<b>TRT4 – 1ª Instância</b>	55,95%	54,32%	-2,92%	22,21%	-59,11%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 04.04.2016)

\*\* Fórmula: [número de liquidações encerradas / (liquidações pendentes do período anterior + liquidações iniciadas)]

Quando considerado na base de cálculo o resíduo pendente do ano anterior, o índice de liquidações encerradas pela na 4ª Vara Trabalho de Passo Fundo em 2015 foi de 69,63% do número total de liquidações a encerrar – resultado 21,41% superior ao verificado no ano anterior. Esse desempenho superou a média das demais unidades constantes da mesma faixa de movimentação processual e a média geral do TRT4 – em 14,40 e 15,31 pontos percentuais, respectivamente.

### 3.5 FASE DE EXECUÇÃO

#### 3.5.1 Processos Pendentes na Fase de Execução

		2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 31.03)	Variação 2015-2016
<b>Entrada</b>	<b>Iniciadas</b>	393	513	30,53%	167	-67,45%
	<b>Desarquivadas para prosseguimento</b>	13	7	-46,15%	2	-71,43%
<b>Saídas</b>	<b>Encerradas</b>	382	383	0,26%	73	-80,94%
	<b>Arquivadas Provisoriamente</b>	50	50	0,00%	15	-70,00%
<b>Pendentes</b>	<b>Exclusivamente crédito previdenciário</b>	47	21	-55,32%	13	-38,10%
	<b>Demais</b>	356	444	24,72%	530	19,37%
	<b>Total</b>	<b>403</b>	<b>465</b>	<b>15,38%</b>	<b>543</b>	<b>16,77%</b>
<b>Saldo no arquivo Provisório</b>		108	149	37,96%	162	8,72%

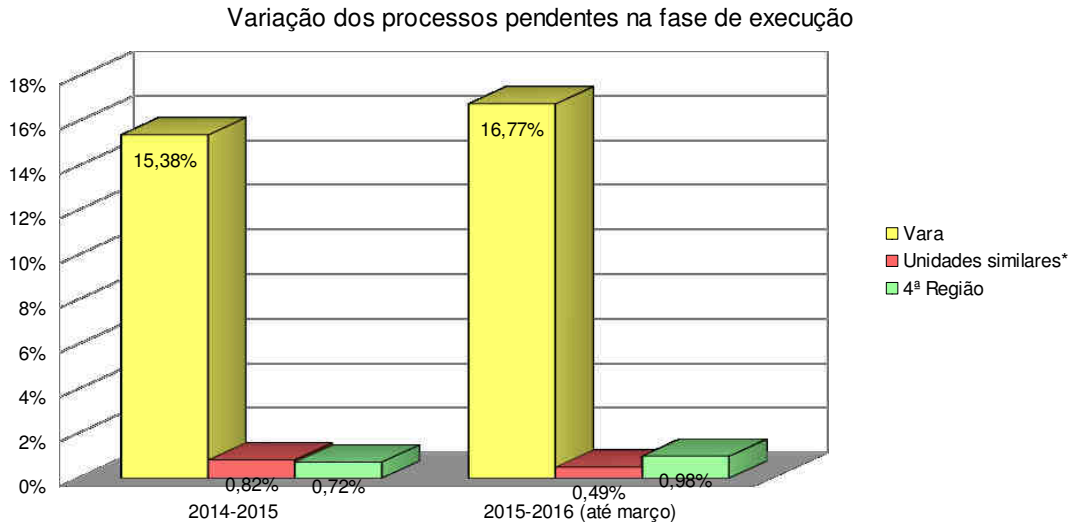
(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 04.04.2016)

Em 2015, o acervo de execuções pendentes na 4ª Vara do Trabalho de Passo Fundo aumentou 15,38% em relação ao ano anterior, passando de 403 para 465 processos. Tal desempenho foi inferior, pois, tanto àquele registrado nas demais unidades constantes da mesma faixa de movimentação processual (aumento de 0,82% no estoque médio de execuções) quanto à tendência apresentada na 4ª Região no período em questão (a qual registrou um aumento de 0,72% em seu acervo médio). O principal fator que contribuiu para essa elevação no estoque foi o aumento de 30,53% no número de execuções iniciadas em relação ao ano anterior, combinada com uma relativa estabilidade no número de execuções encerradas na comparação entre os anos de 2014 e de 2015, do que resultou uma discrepância de 33,94% entre o número de execuções iniciadas (513) e encerradas (383) no ano de 2015.

A seu turno, no período de janeiro a março de 2016, o estoque de processos na fase de execução na Unidade Judiciária aumentou 16,77% em



relação ao final do ano anterior – resultado que vai de encontro à média das unidades similares e à média regional no mesmo período, as quais se mantiveram praticamente estáveis no período em questão. Especificações no gráfico abaixo:



### 3.5.2 Execuções encerradas em relação às iniciadas\* e em relação ao total pendente de encerramento\*\*

Execuções encerradas em relação às iniciadas					
	2014	2015	Varição 2014-2015	2016 (até 31.03)	Varição 2015-2016
<b>Passo Fundo – 4ª Vara</b>	97,20%	74,66%	-23,19%	43,71%	-41,45%
<b>Unidades Similares</b>	98,23%	79,12%	-19,45%	74,80%	-5,46%
<b>TRT4 – 1ª Instância</b>	95,90%	80,03%	-16,54%	67,51%	-15,64%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 04.04.2016)

\* Fórmula: [número de execuções encerradas / número de execuções iniciadas]

Em 2015, foram encerradas na Unidade Judiciária 74,66% das execuções iniciadas no mesmo período, constatando-se uma redução de 23,19% em relação ao índice do ano anterior. Ademais, o índice da Unidade foi inferior à média das demais unidades constantes da mesma faixa de movimentação processual e à média geral do TRT4 em 4,46 e 5,37 pontos percentuais, respectivamente.

Execuções encerradas em relação ao total pendente de encerramento					
	2014	2015	Varição 2014-2015	2016 (até 31.03)	Varição 2015-2016
<b>Passo Fundo – 4ª Vara</b>	43,41%	37,40%	-13,84%	9,35%	-75,01%
<b>Unidades Similares</b>	15,10%	14,08%	-6,76%	4,01%	-71,51%
<b>TRT4 – 1ª Instância</b>	15,51%	15,39%	-0,79%	3,94%	-74,38%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 04.04.2016)



\*\* Fórmula: [número de execuções encerradas / (execuções pendentes do período anterior + número de execuções iniciadas)]

Quando considerado na base de cálculo o resíduo pendente do ano anterior, o índice de execuções encerradas na 4ª Vara Trabalho de Passo Fundo em 2015 foi de 37,40% do número total de execuções a encerrar – resultado 13,84% menor do que o verificado no ano anterior. Apesar de tal queda, contudo, esse desempenho foi superior à média das demais unidades constantes da mesma faixa de movimentação processual e à média geral do TRT4 em 23,32 e 22,01 pontos percentuais, respectivamente.

### 3.5.3 Banco Nacional de Devedores Trabalhistas

	BNDT				
	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 31.03)	Variação 2015-2016
<b>Processos com inclusão de devedor no BNDT</b>	122	77	-36,89%	48	-37,66%
<b>Processos com exclusão de devedor no BNDT</b>	75	53	-29,33%	14	-73,58%
<b>Saldo de processos com devedores inscritos no BNDT</b>	<b>156</b>	<b>181</b>	<b>16,03%</b>	<b>199</b>	<b>9,94%</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 04.04.2016)

O Banco Nacional de Devedores Trabalhistas – BNDT, banco de dados de pessoas físicas e jurídicas devedoras inadimplentes em processo de execução trabalhista definitiva, foi organizado para expedição da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT. A fim de que se mantenham fidedignas as informações prestadas pela CNDT, impõe-se a atenção das Unidades Judiciárias de primeiro grau aos procedimentos de inclusão, alteração e exclusão de dados dos executados no referido banco de dados.

Nos termos do art. 2º do Provimento Conjunto nº 19, da Presidência e da Corregedoria Regional do TRT4, de 27.12.2011, os atos relacionados à alteração da condição e exclusão do devedor no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas (BNDT) devem ser realizados com prioridade pelas Unidades Judiciárias. Para verificação do pleno cumprimento desse item pela na 4ª Vara Trabalho de Passo Fundo, foi realizado um cotejo entre a listagem de execuções encerradas definitivamente desde 01.01.2012 e a listagem do saldo de processos com devedores ainda inscritos no BNDT em 31/03/2016. Dessa consulta, verificou-se a existência de **01 processo** com execução encerrada definitivamente e que ainda possui devedor inscrito no BNDT, cuja situação processual se encontra descrita abaixo:

1	Processo nº 0000322-78.2013.5.04.0664
	<b>Situação processual:</b> em 16.04.2015 foi extinta a execução, com arquivamento definitivo dos autos em 02.10.2015. <b>Histórico BNDT:</b> Em 19/12/2014 a executada <i>Rodomaster Agrícola Comércio de Peças Ltda.</i> foi incluída no BNDT, com a observação “Exigibilidade Suspensa”, tendo permanecido inscrita desde então.





(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 26.04.2016)

Sinala-se, finalmente, que é do conhecimento desta Corregedoria que o sistema e-Gestão não está extraindo as informações de exclusão de devedores no BNDT nos processos judiciais eletrônicos (PJe-JT). Já foram solicitadas informações ao Comitê Gestor do e-Gestão acerca da matéria.

### 3.6 INCIDENTES PROCESSUAIS

	Incidentes processuais								
	2014			2015			2016 (até 31.03)		
	Rece- bidos	Julgados	Pen- dentes	Rece- bidos	Julgados	Pen- dentes	Rece- bidos	Julgados	Pen- dentes
<b>Embargos de declaração</b>	133	117	20	178	169	26	53	57	23
<b>Antecipações de tutela</b>	39	26	11	137	123	16	45	30	31
<b>Impugnações à sentença de liquidação</b>	20	20	10	28	29	12	7	10	10
<b>Embargos à execução</b>	49	35	11	75	48	28	32	27	30
<b>Embargos à arrematação</b>	0	0	0	0	1	0	0	0	0
<b>Embargos à adjudicação</b>	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>Exceções de pré-executividade</b>	3	0	4	7	2	6	0	0	6
<b>TOTAL</b>	<b>244</b>	<b>198</b>	<b>56</b>	<b>425</b>	<b>372</b>	<b>88</b>	<b>137</b>	<b>124</b>	<b>100</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 04.04.2016)

Com base nos dados do quadro acima, constatou-se que foram recebidos 425 incidentes processuais em 2015 na Unidade Judiciária, o que corresponde a uma elevação de 74,18% em relação ao ano anterior. Percebe-se, também, que o número de incidentes processuais julgados subiu 87,88% na comparação entre os anos de 2014 e 2015, passando de 198 para 372; em face disso, o número total de incidentes processuais pendentes de decisão em 31.12.2015 subiu de 56 para 88 processos. Destaca-se, por fim, que em 31/03/2016 o saldo de incidentes processuais pendentes de decisão alcançou 100 processos, saldo 13,64% superior ao do final do período anterior – sendo que as antecipações de tutela são a espécie que correspondem à maior parte (31%) dos incidentes ainda pendentes.

Ainda em relação aos incidentes processuais pendentes de decisão, constatou-se que alguns foram apresentados há mais de seis meses sem que fossem os autos feitos conclusos ao Juiz e/ou sem registro de sua decisão conforme apontamentos no quadro abaixo:





<b>1</b>	<b>Processo nº 0000183-92.2014.5.04.0664</b>
<b>Situação processual:</b> consta do sistema inFOR a oposição, no dia 19.08.2014, de <b>embargos de declaração</b> pelo primeiro reclamada. Todavia, em consulta ao teor da petição pelo sistema VIPE, constata-se que, muito embora a parte tenha denominado sua petição como “embargos de declaração”, trata-se, efetivamente, de mera insurgência contra decisão interlocutória do Juízo que indeferiu a produção de prova requerida pelo réu. Verifica-se, ainda, que o incidente processual supostamente oposto pelo demandado segue pendente de solução no sistema informatizado até o presente momento.	
<b>2</b>	<b>Processo nº 0000058-61.2013.5.04.0664</b>
<b>Situação processual:</b> consta do sistema inFOR a apresentação, no dia 17.07.2015, de <b>impugnação à sentença de liquidação</b> pela parte autora. Todavia, considerando o teor do despacho imediatamente posterior à protocolização da petição, infere-se ter havido equívoco no cadastramento desta, na medida em que se trata, efetivamente, de mera manifestação sobre os cálculos apresentados pelo contador <i>ad hoc</i> . Verifica-se, ainda, que o incidente processual supostamente oposto pelo demandante segue pendente de solução no sistema informatizado até o presente momento.	
<b>3</b>	<b>Processo nº 0000879-02.2012.5.04.0664</b>
<b>Situação processual:</b> constam do sistema inFOR dois andamentos informatizados distintos (datados, respectivamente, de 13.05.2015 e de 14.05.2015), relativos a <b>embargos à execução</b> apresentados pela parte ré. Todavia, em consulta ao teor das petições pelo sistema VIPE, constata-se que ambos os andamentos dizem respeito a um mesmo incidente processual. Em 10.08.2015, foi lançado o andamento informatizado correspondente à decisão proferida no incidente processual apresentado pelo demandado. Contudo, tendo em vista a duplicidade de lançamentos, verifica-se a existência indevida de um incidente processual pendente de solução no sistema informatizado.	
<b>4</b>	<b>Processo nº 0000768-61.2011.5.04.0661</b>
<b>Situação processual:</b> consta do sistema inFOR a apresentação, em 01.03.2013, de <b>exceção de pré-executividade</b> pela primeira reclamada. Em 01.04.2013, foi publicado despacho no qual o Juízo acolheu o referido incidente processual. Verifica-se, contudo, que não foi dado o andamento correspondente à baixa do incidente no sistema informatizado, de modo que este segue constando como pendente de solução.	

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 26.04.2016)

Assim, diante das informações processuais descritas, verificam-se distorções estatísticas no relatório de incidentes processuais pendentes de decisão na Unidade Judiciária, os quais decorrem de erros de lançamento de andamentos processuais no sistema informatizado.

## **4 PRAZOS MÉDIOS DE TRAMITAÇÃO**

### **4.1 FASE DE CONHECIMENTO**

		Prazos médios (em dias)				
		2014	2015	Varição 2014-2015	2016 (até 31.03)	Varição 2015-2016
Do ajuizamento da ação à prolação da sentença	<b>Média Sumaríssimo</b>	83,68	70,07	-16,27%	98,25	40,22%
	<b>Média Ordinário</b>	281,79	265,99	-5,61%	329,10	23,73%
	<b>Média Geral</b>	<b>256,12</b>	<b>249,37</b>	<b>-2,64%</b>	<b>309,46</b>	<b>24,10%</b>

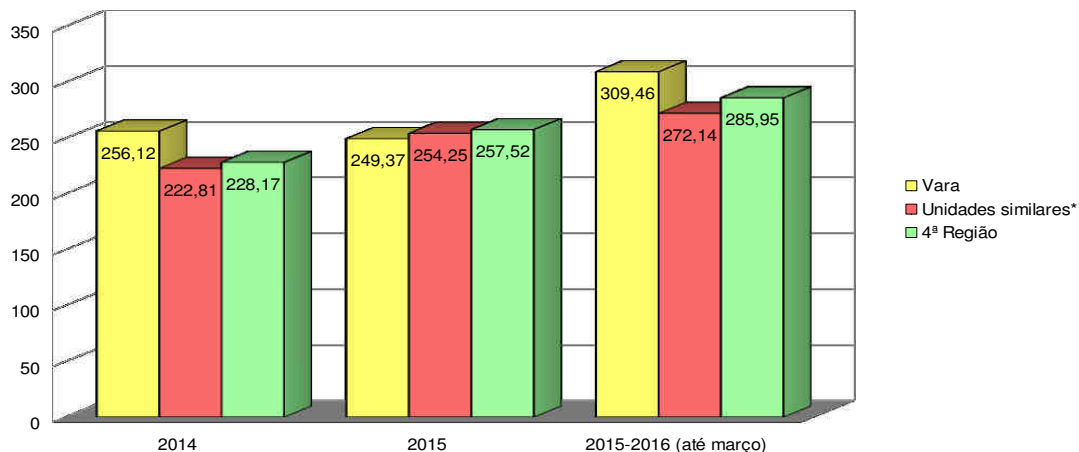


(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 04.04.2016)

No ano de 2015, o prazo médio decorrido entre o ajuizamento da ação e a prolação da sentença na 4ª Vara do Trabalho de Passo Fundo caiu 2,64% em relação ao ano de 2014, passando de 256,12 para 249,37 dias. No rito sumaríssimo, o prazo médio registrou queda de 16,27% em relação à média do ano anterior, passando de 83,68 para 70,07 dias; a seu turno, o rito ordinário registrou um prazo médio de 265,99 dias, 5,61% mais célere na comparação com 2014. Verifica-se, por outro lado, que os dados estatísticos colhidos entre janeiro e março de 2016 apontam uma elevação de 24,10% no prazo médio de tramitação na fase de conhecimento.

Constatou-se, ainda, que o lapso médio de tramitação processual total na fase de conhecimento na Unidade Judiciária em 2015 foi 1,92% mais célere (4,88 dias) que a média das demais unidades constantes da mesma faixa de movimentação processual, e 3,16% mais curto (8,15 dias) do que a média de todas as Unidades do TRT4, reduzindo a diferença constatada no ano anterior. Por outro lado, no período de janeiro a março de 2016 o prazo médio foi 13,71% mais longo (37,32 dias) do que o das unidades similares, e 23,50% mais moroso (23,51 dias) do que o da 4ª Região. Especificações no gráfico abaixo:

Prazo médio total - fase de conhecimento



## 4.2 FASE DE LIQUIDAÇÃO

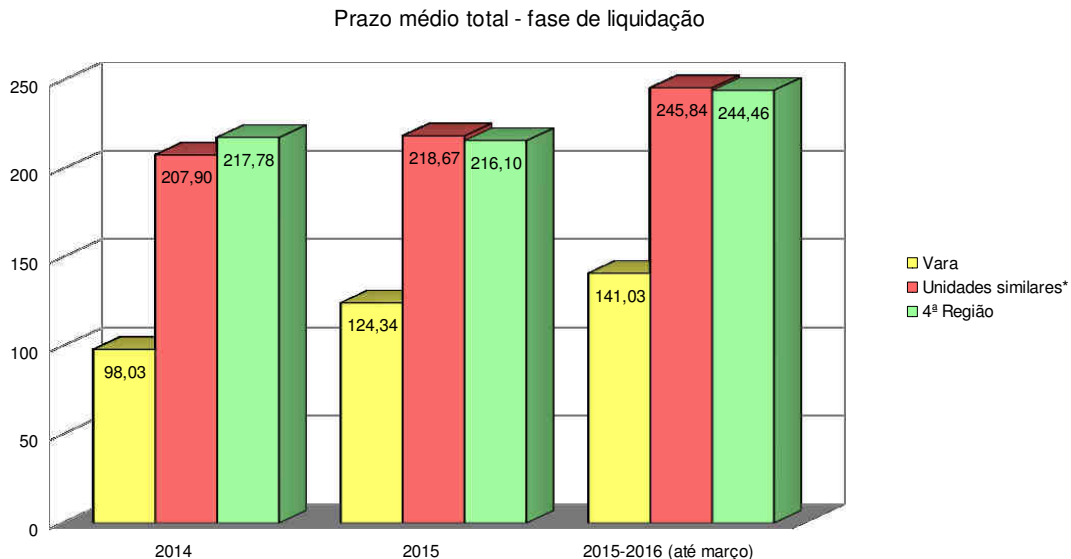
		Prazos médios (em dias)				
		2014	2015	Varição 2014-2015	2016 (até 31.03)	Varição 2015-2016
Do início ao encerramento da liquidação	<b>Média Sumaríssimo</b>	72,27	68,90	-4,67%	100,00	45,14%
	<b>Média Ordinário</b>	100,24	127,07	26,76%	145,35	14,39%
	<b>Média Geral</b>	<b>98,03</b>	<b>124,34</b>	<b>26,84%</b>	<b>141,03</b>	<b>13,43%</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 04.04.2016)



No ano de 2015, o prazo médio decorrido entre o início e o encerramento da liquidação, no rito sumaríssimo, foi de 68,90 dias, o que equivale a uma redução de 4,67% em relação à média do ano anterior. Por outro lado, no rito ordinário o prazo médio alcançou 127,07 dias, 26,76% mais moroso na comparação com 2014. A seu turno, os dados do ano de 2016, colhidos de janeiro a março, apontam uma tendência de elevação dos prazos médios entre o início e o encerramento da liquidação no rito sumaríssimo e no rito ordinário.

A despeito da elevação constatada, verificou-se que o lapso de tramitação processual total na fase de liquidação na Unidade Judiciária em 2015 foi 43,14% mais célere (94,33 dias) que a média das demais unidades constantes da mesma faixa de movimentação processual, e 42,46% mais curto (91,76 dias) que o desempenho de toda a 4ª Região. Por sua vez, nos três primeiros meses de 2016, o prazo médio foi 42,63% mais curto (104,81 dias) do que o das unidades similares, e 42,31% mais célere (103,43 dias) do que o da 4ª Região. Especificações no gráfico abaixo:



### 4.3 FASE DE EXECUÇÃO

Prazos médios (em dias)						
		2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 31.03)	Variação 2015-2016
Do início ao encerramento da execução	Média Ente Privado	270,07	172,68	-36,06%	170,87	-1,05%
	Média Ente Público	459,34	366,87	-20,13%	315,57	-13,98%
	Média Geral	316,98	201,57	-36,41%	185,98	-7,73%

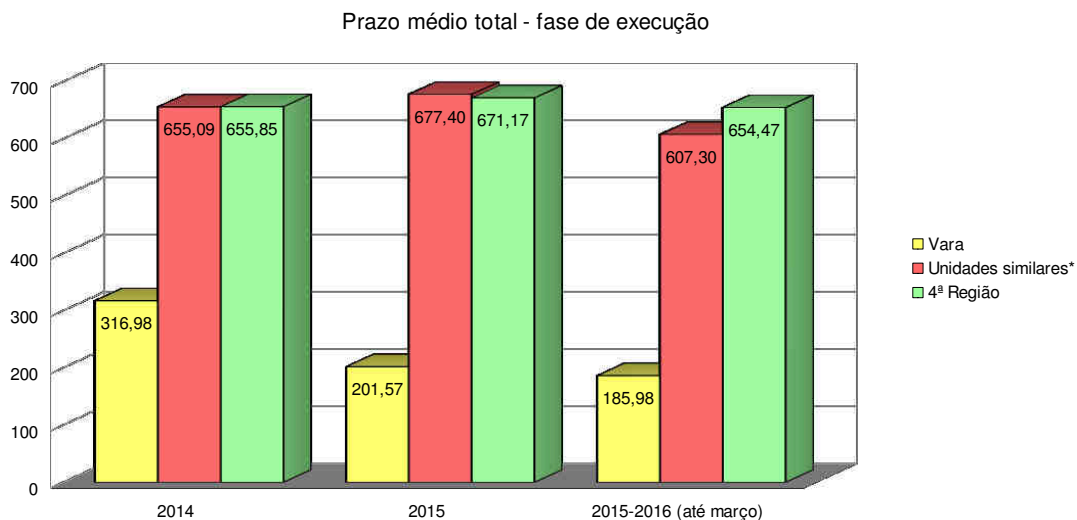
(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 04.04.2016)

O prazo médio de tramitação processual na fase de execução na Unidade Judiciária em 2015, nos processos em que o executado era ente privado, foi de



172,68 dias, 36,06% menor do que o prazo do ano anterior, ao passo que entre janeiro e março de 2016 esse prazo foi de 170,87 dias, 1,05% menor do que em 2015. Por sua vez, quando o executado era ente público, o prazo médio de tramitação na fase de execução em 2015 foi de 366,87 dias, 20,13% mais célere do que a média do ano anterior; já em 2016, o prazo médio caiu para 315,57 dias, lapso 13,98% mais curto do que em 2015.

Na comparação com os dados das demais unidades constantes da mesma faixa de movimentação processual em 2015, apresentados no gráfico abaixo, constata-se que o tempo de tramitação na fase de execução na 4ª Vara do Trabalho de Passo Fundo foi 70,24% mais célere (475,83 dias) do que a média dessas unidades; por sua vez, na comparação com a média de todo o TRT4, verifica-se que em 2015, o prazo médio de tramitação na Unidade foi 69,97% inferior (469,60 dias) à média regional. A seu turno, os dados de janeiro a março de 2016 apontam que, nesse período, o prazo médio de tramitação na Unidade foi 69,38% inferior (421,32 dias) à média das unidades similares, bem como 71,58% inferior (468,49 dias) à média de todo o TRT4.



## 5 METAS

### 5.1 METAS DO CNJ – ANO DE 2015

**5.1.1 Meta 1:** “Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente”.

META 1/2015 CNJ			
Distribuídos até 31.12.2015	Solucionados até 31.12.2015	%	Resultado
1.439	1.355	94,16%	Meta não cumprida

**5.1.2 Meta 2:** “Identificar e julgar, até 31.12.2015, pelo menos, 90% dos processos distribuídos até 31.12.2013”.



META 2/2015 CNJ			
Processos não julgados até 31.12.2013	Processos distribuídos até 31.12.2013 e julgados entre 01.01.2014 e 31.12.2015	%	Resultado
820	817	99,63%	Meta já cumprida

**5.1.3 Meta 5:** “Baixar, em 2015, quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução”.

META 5/2015 CNJ			
Casos novos de execução em 2015	Execuções baixadas* em 2015	Grau de Cumprimento	Resultado
513	331	64,52%	Meta não cumprida

\* Segundo o Glossário das Metas de 2015, execuções baixadas correspondem aos processos de execução baixados definitivamente (Consulta e-Gestão D.06), bem como aquelas execuções em que pendente apenas pagamento de precatório, ou que pende apenas pagamento de custas processuais.

**5.1.4 Meta 6:** “Identificar e julgar até 31.12.2015 as ações coletivas distribuídas até 31.12.2012, no primeiro grau, e até 31.12.2013, no segundo grau”.

META 6/2015 CNJ			
Ações coletivas não julgadas até 31.12.2012 (exceto os suspensos)	Ações coletivas distribuídas até 31.12.2012 e julgadas entre 1º.01.2013 e 31.12.2015	Grau de cumprimento	Resultado
17	17	100,00%	Meta cumprida

**5.1.5 Meta 7:** “Identificar e reduzir em 1,5% o acervo dos dez maiores litigantes em relação ao ano anterior”.

META 7/2015 CNJ					
	Dez maiores litigantes TRT4, em 31.12.2014	Nº de processos tramitando na Unidade em 31.12.2014	Acervo de processos tramitando em 31.12.2015	Valor a ser alcançado	Resultado
1º	Wms Supermercados do Brasil Ltda.	0	0	0	Meta cumprida
2º	Estado do Rio Grande do Sul	12	4	11	Meta cumprida
3º	Clinsul Mão de Obra e Representação Ltda. (Em Recuperação Judicial)	8	0	7	Meta cumprida
4º	Companhia Riograndense de Saneamento – Corsan	8	10	7	Meta não cumprida
5º	União	5	11	4	Meta não cumprida



6º	OI S.A.	3	8	2	Meta não cumprida
7º	Proservi Serviços de Vigilância Ltda. (Em Recuperação Judicial)	24	4	23	Meta cumprida
8º	Caixa Econômica Federal - CEF	14	17	13	Meta não cumprida
9º	Banco do Brasil S.A.	24	27	23	Meta não cumprida
10º	Hospital Nossa Senhora da Conceição	0	0	0	Meta cumprida

### 5.1.6 Metas do CNJ específicas da Justiça do Trabalho em 2015:

a) “Para o 1º grau dos TRT que contabilizaram o prazo médio acima de 200 dias, reduzir em 1% o tempo médio de duração do processo na fase de conhecimento em relação ao ano base de 2014”.

META ESPECÍFICA DA JUSTIÇA DO TRABALHO CNJ EM 2015 PRAZO MÉDIO DA FASE DE CONHECIMENTO				
Prazo médio TRT4 2014 – fase de conhecimento	Prazo médio na Unidade em 2014	Prazo médio da Unidade em 2015	Prazo médio que deveria ter sido alcançado em 2015	Resultado
228,17	256,12	249,37	253,56	Meta cumprida

b) “Aumentar em 1% o índice de conciliação na fase de conhecimento, em relação à média do biênio 2013/2014”.

META ESPECÍFICA DA JUSTIÇA DO TRABALHO CNJ EM 2015 NÚMERO DE ACORDOS NA FASE DE CONHECIMENTO						
	2013	2014	Média 2013/2014	2015	Meta para 2015	Resultado
Total de acordos	603	584	593,50	533	600	Meta não cumprida

### 5.2 METAS DO CNJ – ANO DE 2016

5.2.1 Meta 1: “Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente”.

META 1/2016 CNJ			
Distribuídos até 31.01.2016	Solucionados até 31.03.2016	%	Resultado parcial (até março)
384	381	99,22%	Período de apuração insuficiente para verificar cumprimento da meta





**5.2.2 Meta 2:** “Julgar, até 31.12.2016, pelo menos, 90% dos processos distribuídos até 31.12.2014”.

META 2/2016 CNJ			
Processos não julgados até 31.12.2014	Processos distribuídos até 31.12.2014 e julgados entre 01.01.2015 e 31.03.2016	%	Resultado parcial (até março)
1.036	989	<b>95,46%</b>	<b>Período de apuração insuficiente para verificar cumprimento da meta</b>

**5.2.3 Meta 3:** “Aumentar em 2% o índice de conciliação na fase de conhecimento, em relação à média do biênio 2013/2014”.

META 3/2016 CNJ						
	2013	2014	Média 2013/2014	2016 (até 31.03)	Meta para 2016	Resultado parcial (até março)
<b>Total de acordos</b>	603	584	593,50	125	<b>606</b>	<b>Período de apuração insuficiente para verificar cumprimento da meta</b>
<b>Média mensal de acordos</b>	50,25	48,67	49,46	41,67	<b>50,50</b>	

**5.2.4 Meta 5:** “Baixar, em 2016, quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução”.

META 5/2016 CNJ			
Casos novos de execução em 2016	Execuções baixadas* em 2016 (até 31.03)	Grau de Cumprimento	Resultado parcial (até março)
167	87	<b>52,10%</b>	<b>Período de apuração insuficiente para verificar cumprimento da meta</b>

\* Segundo o Glossário das Metas de 2016, execuções baixadas correspondem aos processos de execução baixados definitivamente (Consulta e-Gestão D.06), bem como aquelas execuções em que pendente apenas pagamento de precatório, ou que pende apenas pagamento de custas processuais.

**5.2.5 Meta 6:** “Identificar e julgar até 31.12.2016 as ações coletivas distribuídas até 31.12.2013, no primeiro grau, e até 31.12.2014, no segundo grau”.

META 6/2016 CNJ	
Ações coletivas distribuídas até 31.12.2013 pendentes de solução	Resultado parcial (até março)
0	<b>Meta já cumprida</b>

**5.2.6 Meta 7:** “Identificar e reduzir em 2% o acervo dos dez maiores litigantes em relação ao ano anterior”.



META 7/2016 CNJ					
Dez maiores litigantes TRT4, em 31.12.2015		Nº de processos tramitando na Unidade em 31.12.2015	Acervo atual (31.03.2016)	Número máximo de processos tramitando em 31.12.2016 para alcance da meta	Resultado parcial (até março)
1º	Wms Supermercados do Brasil Ltda.	0	0	0	<b>Período de apuração insuficiente para verificar cumprimento da meta</b>
2º	União	11	10	10	
3º	Estado do Rio Grande do Sul	4	6	3	
4º	Caixa Econômica Federal - CEF	17	15	16	
5º	Companhia Riograndense de Saneamento – Corsan	10	8	9	
6º	OI S.A.	8	8	7	
7º	Banco do Estado do Rio Grande do Sul	3	1	2	
8º	Claro S.A.	2	3	1	
9º	Hospital Nossa Senhora da Conceição	0	0	0	
10º	Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos	27	23	26	

## 6 AUDIÊNCIAS E DESEMPENHO DOS JUÍZES

### 6.1 PERIODICIDADE E COMPOSIÇÃO (MÉDIAS) DA PAUTA

A Unidade realiza sessões de audiências regularmente nas segundas, terças e quintas pela manhã, nas quartas pela manhã e tarde. A composição média das sessões é especificada nos quadros abaixo.

Juíza Titular	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta
<b>Manhã</b>	6(I) 1(U) 3(P)	6(I) 1(U) 3(P)	6(I) 1(U) 4(P)	6(I) 1(U) 3(P)	-
<b>Tarde</b>	-	-	-	-	-

(Fonte: Informação do Diretor de Secretaria em 05.05.2016)

Juiz Auxiliar	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta
<b>Manhã</b>	-	-	-	-	-
<b>Tarde</b>	-	-	5(P)	-	-



(Fonte: Informação do Diretor de Secretaria em 05.05.2016)

Legenda:

I – Audiências iniciais de rito ordinário

U – Audiências unas de rito sumaríssimo

P – Audiências de prosseguimento

CPI – Cartas Precatórias Inquiritórias

E – Audiência de conciliação em processos em fase de execução

## 6.2 PAUTAS LIVRES

Tipo	Última Data Marcada		Próxima Data Livre	
	Juíza Titular	Juiz Auxiliar	Juíza Titular	Juiz Auxiliar
Inicial	04.07.2016	-	04.07.2016	-
Una Sumaríssimo	17.06.2016	-	16.06.2016	-
Instrução	28.03.2017	13.07.2016	13.03.2017	*
Tentativa de acordo em execução	-	-	-	-

\*O regime de Juiz Auxiliar encerra no dia 13/07/2016. Não há pautas livres.

(Fonte: Informação do Diretor de Secretaria em 05.05.2016)

## 6.3 PRAZO MÉDIO AUDIÊNCIAS INICIAIS

Prazos médios (em dias)						
		2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 31.03)	Variação 2015-2016
Do Ajuizamento da Ação até a Realização da 1ª Audiência	Sumaríssimo	59,30	40,81	-31,17%	54,92	34,56%
	Ordinário	50,56	54,51	7,82%	70,58	29,47%
	Total	51,53	53,30	3,45%	69,21	29,84%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 04.04.2016)

As audiências iniciais no rito sumaríssimo tiveram seu prazo médio reduzido de 59,30 dias, em 2014, para 40,81 dias, em 2015 (queda de 31,17%). Por outro lado, o prazo médio da audiência inicial do rito ordinário subiu de 50,56 dias, em 2014, para 54,51 dias, em 2015 (elevação de 7,82%). Os dados do ano de 2016, colhidos de janeiro a março, apontam para uma tendência de elevação dos prazos médios para a realização das audiências iniciais tanto no tocante ao rito sumaríssimo quanto com relação ao rito ordinário.

É oportuno esclarecer, ainda, que os prazos médios apontados pelo Sistema e-Gestão levam em consideração todos os eventuais adiamentos de audiências determinados, o que pode aumentar a média verificada. O exame do tópico, portanto, deve ser realizado de forma conjunta com o item anterior, no qual constam informações sobre as pautas efetivamente disponíveis em consulta ao livro pauta no momento da inspeção.



## 6.4 PRAZO MÉDIO AUDIÊNCIAS DE ENCERRAMENTO DA INSTRUÇÃO

		Prazos médios (em dias)				
		2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 31.03)	Variação 2015-2016
Da Realização da 1ª Audiência até o Encerramento da Instrução	Sumaríssimo	27,29	16,73	-38,71%	20,92	25,06%
	Ordinário	293,11	183,65	-37,34%	203,62	10,87%
	<b>Total</b>	<b>269,46</b>	<b>165,55</b>	<b>-38,56%</b>	<b>184,59</b>	<b>11,50%</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 04.04.2016)

As audiências de prosseguimento no rito sumaríssimo, quando necessário, tiveram o prazo reduzido de 27,29 dias, em 2014, para 16,73 dias, em 2015 (queda de 38,71%). No rito ordinário, por sua vez, o prazo médio caiu de 293,11 dias, em 2014, para 183,65 dias, em 2015 (decréscimo de 37,34%). Por outro lado, os dados do ano de 2016, colhidos de janeiro a março, apontam para uma tendência de elevação dos prazos médios para a realização das audiências de prosseguimento tanto no tocante ao rito sumaríssimo quanto com relação ao rito ordinário.

## 6.5 AUDIÊNCIAS REALIZADAS

Juiz (a)	2015				
	Inicial	Instrução	Una	Conciliação	TOTAL
Átila da Rold Roesler	55	35	4	0	<b>94</b>
Evandro Luís Urnau	92	102	13	0	<b>207</b>
Fernando Reichenbach	46	28	7	0	<b>81</b>
Nelsilene Leão de Carvalho Dupin	324	216	55	9	<b>604</b>
Odete Carlin	194	86	23	1	<b>304</b>
Paula Silva Rovani Weiler	85	52	2	12	<b>151</b>
Sheila Spode	23	9	0	1	<b>33</b>
Taise Sanchi Ferrão	139	70	19	0	<b>228</b>
<b>TOTAL</b>	<b>958</b>	<b>598</b>	<b>123</b>	<b>23</b>	<b>1.702</b>
2016 (até 31/03/2016)					
Juiz (a)	Inicial	Instrução	Una	Conciliação	TOTAL
Evandro Luís Urnau	0	11	0	0	<b>11</b>
Nelsilene Leão de Carvalho Dupin	94	58	12	0	<b>164</b>
Odete Carlin	107	51	12	0	<b>170</b>
Paula Silva Rovani Weiler	57	39	6	0	<b>102</b>
<b>TOTAL</b>	<b>258</b>	<b>159</b>	<b>30</b>	<b>0</b>	<b>447</b>



(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 04.04.2016)

## 6.6 ADIAMENTO DE PAUTA

O Diretor de Secretaria foi cientificado de que eventuais adiamentos de pautas deverão ser comunicados à Corregedoria Regional, para fins informativos, conforme previsto no art. 4º, § 8º do Provimento nº 250/2016, da Corregedoria Regional.

## 6.7 ASSIDUIDADE DOS MAGISTRADOS

Em cumprimento ao disposto no art. 18, II, da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, a assiduidade dos magistrados foi verificada por meio das informações obtidas nos itens 2.1.4, 6.1 e 6.5 do presente relatório, e também por meio da visita correcional. Constatou-se que, à exceção dos afastamentos listados no item 2.1.4, os juízes comparecem regularmente para realização de audiências e atuação na Unidade Judiciária.

## 6.8 PROCESSOS SOLUCIONADOS

Juiz (a)	2015				Sem exame de mérito TOTAL	Total de processos solucionados
	Conciliações	Julgados	Outras decisões	TOTAL		
Átila Da Rold Roesler	12	30	0	42	3	45
Evandro Luís Urnau	70	155	4	229	19	248
Fernando Reichenbach	16	18	0	34	6	40
Giani Gabriel Cardoso	0	2	0	2	0	2
Jaqueline Maria Menta	0	1	0	1	0	1
Marcia Padula Mucenic	0	19	0	19	0	19
Nelsilene Leão de Carvalho Dupin	134	198	2	334	81	415
Odete Carlin	134	30	0	164	23	187
Paula Silva Rovani Weiler	47	36	1	84	4	88
Rubiane Solange Gassen Assis	0	2	0	2	0	2
Sheila Spode	8	2	0	10	0	10
Táise Sanchi Ferrão	55	61	0	116	10	126
<b>TOTAL</b>	<b>476</b>	<b>554</b>	<b>7</b>	<b>1.037</b>	<b>146</b>	<b>1.183</b>

Juiz (a)	2016 (até 31/03/2016)				Sem exame de mérito TOTAL	Total de processos solucionados
	Conciliações	Julgados	Outras decisões	TOTAL		
Evandro Luís Urnau	2	5	0	7	0	7
Fernando Reichenbach	0	7	0	7	0	7



<b>Nelsilene Leão de Carvalho Dupin</b>	42	134	0	176	6	<b>182</b>
<b>Odete Carlin</b>	53	38	1	92	21	<b>113</b>
<b>Paula Silva Rovani Weiler</b>	28	27	1	56	5	<b>61</b>
<b>Sheila Spode</b>	0	6	0	6	0	<b>6</b>
<b>Táise Sanchi Ferrão</b>	0	4	0	4	0	<b>4</b>
<b>(Juiz não informado)</b>	0	1	0	1	0	<b>1</b>
<b>TOTAL</b>	<b>125</b>	<b>222</b>	<b>2</b>	<b>349</b>	<b>32</b>	<b>381</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 04.04.2016)

## 6.9 PROCESSOS CONCLUSOS PARA SENTENÇA HÁ MAIS DE 50 DIAS

Esta Corregedoria dá ênfase às sentenças não proferidas no prazo de 50 dias, em atenção ao §3º do art. 6º da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho e ao processo de Consulta 5202-74.2016.5.00.0000 do CSJT.

As apurações realizadas por meio do Projeto BI, com os dados consolidados até o dia 30.04.2016, registram **01** processo pendente de prolação de sentença há mais de 50 dias com o Juiz Substituto **Fernando Reichenbach**, concluso em 24.02.2016, **01** processo com a Juíza Substituta **Márcia Padula Mucenic** concluso em 01.03.2016 e **09** processos com a Juíza Substituta zoneada **Táise Sanchi Ferrão**, cuja conclusão mais antiga ocorreu em 19.10.2015.

Não se constatarem processos pendentes de sentença há mais de 50 dias em relação aos demais juízes que atuaram na Unidade Judiciária.

No total, há **11** processos conclusos para sentença há mais de 50 dias na Unidade Judiciária.

(Fonte: Consulta ao Projeto BI TRT4 em 03.05.2016, com dados consolidados pelo Projeto até o dia 30.04.2016. Mais de 50 dias anteriores à data da consolidação dos dados: 10.03.2016)

## 7 ROTINAS DE SECRETARIA

A divisão de trabalho na unidade é realizada de forma mista, por tarefa e por carteira, sem um critério preciso das atividades a serem desenvolvidas por cada servidor.

### 7.1 EXPEDIÇÃO DE NOTIFICAÇÕES E OFÍCIOS

As notificações e ofícios urgentes são realizadas de imediato; nos demais casos, estão sendo observados os despachos do dia 02.05.2016.

As notificações destinadas à Procuradoria Regional Federal são realizadas semanalmente.

### 7.2 EXPEDIÇÃO DE MANDADOS, PRECATÓRIOS E RPV'S

A expedição de mandados, precatórios e RPV's está em dia.





### 7.3 EXPEDIÇÃO DE ALVARÁS

A expedição de alvarás está em dia.

### 7.4 DESPACHOS DE PROTOCOLO

No dia da correição estavam sendo analisadas as petições protocoladas no próprio dia.

### 7.5 CERTIFICAÇÃO DE PRAZO

Na data da visita correcional estavam sendo movimentados os processos com prazo expirado em 29.04.2016.

### 7.6 REMESSA DE AUTOS AO TRT

A remessa de processos ao TRT é realizada duas vezes por semana.

### 7.7 CONVÊNIOS

A Unidade utiliza regularmente todos os convênios disponíveis.

### 7.8 ARQUIVAMENTO DE PROCESSOS

O arquivamento de processos é realizado a cada dez dias.

### 7.9 PROCEDIMENTO EM RELAÇÃO AO BNDT

A inscrição no BNDT é feita logo após a negativa de bloqueio de BacenJud, e a retirada ocorre após a garantia do juízo.

### 7.10 EXAME DOS LIVROS

#### 7.10.1 Advogados – Cargas Vencidas há mais de 10 dias

	Processo	Prazo	Tempo Excedido para Devolução dos Autos
1	0001368-39.2012.5.04.0664	16.03.2016	28 dias
2	0122400-98.2004.5.04.0661	28.03.2016	16 dias

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 13.04.2016)

#### 7.10.2 Peritos – Cargas Vencidas há mais de 10 dias

Conforme consulta ao sistema InFOR em 13.04.2016, verificou-se que não constam processos em carga com peritos com prazo excedido há mais de 10 dias na Unidade Judiciária.



## **8 EXAME DOS PROCESSOS**

Para as análises realizadas nos itens seguintes, foram extraídas duas listagens distintas no sistema inFOR. No item 8.1, são analisados 12 autos físicos, escolhidos a partir da listagem de 50 processos aleatórios gerada pelo Sistema e disponibilizada para fins de correição à Assessoria Jurídica da Corregedoria. Para a análise do item 8.2, extraiu-se do sistema inFOR, em 13.04.2016, uma listagem de processos sem movimentação há mais de 30 dias, a qual totalizou **106 processos**. Esse item verifica, por amostragem, a correção dos andamentos lançados pela Unidade Judiciária.

### **8.1 ANÁLISE DOS PROCESSOS FÍSICOS**

1	0001349-33.2012.5.04.0664
<b>Aspectos gerais dos autos*:</b> termo de conclusão firmado por estagiária (fl. 300). <b>Movimentação processual:</b> no período objeto de correição, os autos foram remetidos ao TRT para julgamento de recursos das partes, e posteriormente, recurso de revista e agravo de instrumento com trânsito em julgado em 20.10.2015 (fl. 295); cálculos de liquidação realizados por perito contador (protocolo de 21.01.2016), homologados em 22.01.2016 (fl. 338); citação à primeira reclamada expedida em 29.01.2016 (fl. 340); em 17.02.2016 é certificado nos autos o retorno da citação pela via postal; a primeira reclamada é citada por oficial de justiça em 29.03.2016 (fl. 358-v).	
2	0119400-17.2009.5.04.0661
<b>Aspectos gerais dos autos*:</b> termo de conclusão sem oposição de data (fl. 576). <b>Movimentação processual:</b> no período objeto de correição, os autos foram remetidos ao TRT para julgamento de recursos das partes, e posteriormente, recurso de revista e agravo de instrumento com trânsito em julgado em 19.11.2014 (fl. 466, a carmim); cálculos de liquidação realizados por perito contador (protocolo de 13.03.2015), homologados em 16.03.2015 (fl. 524); citação à reclamada expedida em 20.03.2015 (fl. 530); em 30.03.2015 é certificado nos autos o retorno da citação pela via postal; certificado endereço atual (fl. 548), a reclamada é citada em 25.06.2015 (fl. 550); em 09.07.15, diante do não pagamento ou indicação de bens à penhora, é determinado o bloqueio de valores nas contas bancárias da empresa, havendo a transferência de valores (fl. 557); a executada apresenta embargos à execução em 28.08.2015 (fls. 562/563); após a resposta da exequente (15.09.15), é intimado o perito contador para que preste esclarecimentos; autos conclusos (em 21.10.2015, consulta ao <i>InFOR</i> ), sendo a decisão publicada em 26.10.2015; notificação das partes em 27.10.2015; a executada interpõe agravo de petição (fls. 582/584, 13.11.2015), e a União apresenta impugnação à sentença de liquidação (protocolo de 27.11.2015, fls. 596/599); em 01.12.2015, o juízo determina a expedição de alvará ao exequente do valor incontroverso (fl. 602); alvará expedido em 10.12.2015 (fl. 605); autos conclusos em 16.03.2016 e decisão da impugnação à sentença de liquidação em 31.03.2016, com notificação às partes nessa mesma data (fls. 631/632).	
3	0000408-49.2013.5.04.0664
<b>Aspectos gerais dos autos*:</b> nada a apontar. <b>Movimentação processual:</b> no período objeto de correição, os autos foram remetidos ao TRT para julgamento de recurso ordinário do reclamante, com trânsito em julgado em 15.06.2015 (fl. 381); cálculos de liquidação realizados por perito contador (protocolo de 07.08.2015), homologados em 14.08.2015 (fl. 456); citação à reclamada expedida em 04.09.2015 (fl. 458); a executada apresenta embargos à execução em 28.09.2015 (fls. 463/466) e o exequente, impugnação (fl. 472); após a resposta das partes, é intimado o perito contador para que preste esclarecimentos (em 10.12.2015, fl. 488); autos conclusos somente em <b>04.02.2016</b> (fl. 489), sendo a decisão publicada em 05.02.2016, mesma data em que notificadas as partes; a reclamada é novamente citada (fl. 498), quitando o débito, conforme guias juntadas	



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

em 30.03.2016; alvarás expedidos em 05.04.2016, data em que é registrada a extinção da execução no sistema *inFOR*.

4

0000357-38.2013.5.04.0664

**Aspectos gerais dos autos\*:** nada a apontar. **Movimentação processual:** no período objeto de correição, os autos foram remetidos ao TRT para julgamento de recurso ordinário do reclamante, com trânsito em julgado em 24.03.2015 (fl. 200); cálculos de liquidação realizados por perito contador (protocolo de 08.05.2015), homologados em 11.05.2015 (fl. 223); citação expedida à reclamada em 15.05.2015 (fl. 225); a reclamada propõe o pagamento parcelado da dívida em petição de 21.05.2015, com o qual o reclamante concorda expressamente (em 03.06.2015, fl. 232), restando homologado o acordo em 05.06.2015 (fl. 233) e quitado; as partes foram intimadas para retirar seus documentos em 09.03.2016 (fls. 274/275). No sistema *InFOR*, consta a extinção da execução em 30.11.2015.

5

0066000-93.2006.5.04.0661

**Aspectos gerais dos autos\*:** nada a apontar. **Movimentação processual:** no período objeto da correição, os cálculos restam homologados (decisão de 27.04.2015, fl. 684), propondo a reclamada o parcelamento da dívida; as partes conciliam o feito em audiência de 23.09.2015 (fl. 704). Aguarda cumprimento (27 parcelas vencíveis a cada dia 10 e 20 de cada mês).

6

0000565-85.2014.5.04.0664

**Aspectos gerais dos autos\*:** nada a apontar. **Movimentação processual:** processo ajuizado em 26.06.2014, foram designadas audiências em 14.08.2014 (inicial) e 25.08.2015 (prosseguimento). Os autos aguardaram fora de pauta, o cumprimento de diligências (fl. 296), sendo designada nova audiência para 30.01.2017 (fl. 316), da qual as partes já foram intimadas (fls. 317/318). **Principal entrave:** A fase de conhecimento resta prolongada, tendo em vista que a discussão da justa causa imputada ao autor envolve inquérito em andamento junto à Delegacia de Proteção da Criança e do Adolescente.

7

0000584-91.2014.5.04.0664

**Aspectos gerais dos autos\*:** nada a apontar. **Movimentação processual:** no período objeto de correição, houve audiência de instrução no dia 08.09.2015 com encerramento para sentença (fls. 272/273). Autos conclusos em 14.09.2015 (fl. 281). A decisão foi publicada em 11.01.2016 (fl. 282), sendo expedida intimação às partes nesta mesma data (fls. 291/292). Embargos declaratórios julgados em 02.03.2016 (fl. 208). A reclamada interpôs recurso ordinário em 21.03.2016, que foi recebido em decisão de 31.03.2016, **observando-se, neste caso, pronunciamento de forma genérica nos autos acerca do exame dos pressupostos de admissibilidade** (fl. 318).

8

0000304-23.2014.5.04.0664

**Aspectos gerais dos autos:** nada a apontar. **Movimentação processual:** audiência de prosseguimento designada para dia 22.04.2015 foi adiada para 20.04.2016, tendo em vista o não comparecimento de testemunhas arroladas na inicial. Não há prova nos autos de que as testemunhas Derli e José Maciel tenham sido intimadas. Verifico ter sido expedidas notificações às testemunhas (fls. 241/243), via postal, e a devolução da carta remetida a Diogo (fl. 245), que foi intimado por oficial de justiça (fl. 266), e compareceu à audiência designada

9

0000811-52.2012.5.04.0664

**Aspectos gerais dos autos\*:** nada a apontar. **Movimentação processual:** no período objeto de correição, foi certificado o trânsito em julgado da decisão em 15.12.2014 (fl. 948-v); persistindo controvérsia entre as partes, foi nomeado perita contadora para liquidação (fl. 973), sendo os cálculos homologados em 03.06.2015 (fl. 1010); citação expedida em 19.06.2015 (fl. 1017), a



reclamada garante a execução (fl. 1057) e apresenta embargos à execução (fls. 1059/1061, em 23.10.15), recebidos em 26.10.2015, o reclamante apresenta contraminuta em **16.11.2015**, e os autos são conclusos em **04.02.2016 e decisão em 05.02.2016; em 14.04.2016**, os autos são novamente conclusos para apreciação de impugnação da União oferecida em 11.03.2016 (fls. 1076/1078).

10

0000506-97.2014.5.04.0664

**Aspectos gerais dos autos\*:** nada a apontar. **Movimentação processual:** o reclamante e o primeiro reclamado firmam acordo conforme ata de audiência de 29.07.2015, não participando o segundo réu da transação (fl. 205); em petição de 26.08.2015, o autor informa o descumprimento do acordo e requer seja declarada a responsabilidade do segundo reclamado pelo débito; o juízo determina a citação da primeira reclamada (fl. 210); a tentativa de constrição de valores nas contas bancárias da demandada resta inexitosa (em 26.10.2015, fl. 215); em 29.10.2015 é determinada a remessa dos autos à Juíza Taíse para julgamento da responsabilidade do segundo reclamado; autos conclusos desde 03.11.2015 (consulta ao *InFOR*).

11

0000018-93.2010.5.04.0661

**Aspectos gerais dos autos\*:** nada a apontar. **Movimentação processual:** no período objeto de correção, foi certificado o trânsito em julgado da decisão em 26.03.2015 (fl. 237-v); cálculos de liquidação realizados por perito contador (protocolo de 03.07.2015), homologados em 06.07.2015 (fl. 282); citação válida à primeira reclamada (massa falida) em 28.10.2015 (fl. 292); em decisão de 02.12.2015 a execução é redirecionada a segunda reclamada, CEF, subsidiariamente responsável; citada, a CEF efetua o depósito dos valores e apresenta embargos à execução (em 27.01.2016, fls. 303/306); autos conclusos em 04.02.2016, e decisão em 05.02.2016 (consulta ao *InFOR*); expedição de alvarás em 02.03.2016, mesma data em que registrada a extinção da execução no sistema informatizado.

12

0001423-87.2012.5.04.0664

**Aspectos gerais dos autos\*:** nada a apontar. **Movimentação processual:** no período objeto de correção, foi certificado o trânsito em julgado da decisão em 15.02.2016 (fl. 608); cálculos de liquidação realizados pela reclamada (protocolo de 14.04.2016).

\* Os **aspectos gerais dos autos** são analisados a partir do início do período correccionado, em janeiro de 2015.

## 8.2 IRREGULARIDADES NOS ANDAMENTOS NO INFOR

No quadro abaixo, são listadas as **práticas irregulares** da Unidade quando do registro de andamentos no *InFOR*, auferidas no exame da listagem de processos sem movimentação há mais de 30 dias, extraída em 13.04.2016.

Demora no impulso processual – Processos Exemplos:	
0142600-92.2005.5.04.0661	0286000-11.1998.5.04.0662
0214100-53.2007.5.04.0661	0133600-31.2006.5.04.0662
0054200-31.2007.5.04.0662	0000656-15.2013.5.04.0664
Registros desatualizados – Processos Exemplos:	
0000170-07.2011.5.04.0662	0038500-47.2009.5.04.0661
0000459-37.2011.5.04.0662	0078300-19.2008.5.04.0661



Processo recebido do TRT/TST sem andamento – Processos Exemplos:

0000404-12.2013.5.04.0664

### 8.3 EXAME DOS PRESSUPOSTOS RECURSAIS

Conforme informação do Diretor de Secretaria a Unidade Judiciária **observa** a norma contida no art. 18, I, da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, que trata do pronunciamento explícito nos autos acerca do exame dos pressupostos de admissibilidade dos recursos encaminhados ao Tribunal.

Salienta-se que a referida Consolidação vigeu até 15.03.2016, por quase todo o período correccionado. De todo modo, a nova Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, em seu art. 26, I, repete “*ipsis litteris*” o art. 18, I, supracitado.

### 8.4 LIBERAÇÃO DE DEPÓSITO RECURSAL

Segundo informação do Diretor de Secretaria não há determinação para liberação de depósito recursal após a liquidação da sentença.

### 8.5 CITAÇÃO DO(S) SÓCIO(S) EM CASO DE DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA DA EXECUTADA

Por ocasião da correição, o Diretor de Secretaria informou que, como medida cautelar, é realizada a tentativa de bloqueio via BacenJud antes da citação dos sócios.

### 9 PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO - PJe

Conforme Cronograma de Implantação do Processo Judicial Eletrônico deste Regional aprovado pelo TST, o PJe foi implantado na Unidade Judiciária em 17.09.2014.

Foram analisados alguns agrupadores e caixas representativos da movimentação e gerenciamento, pela Secretaria, dos processos que tramitam no meio eletrônico. A análise foi efetuada remotamente no dia 03.05.2016 e na Unidade Judiciária no dia 05.05.2016. A posição, na data da visita correccional, é a que segue:

Agrupador	Quantidade de Processos	Mais antigo	Data
Processos com petições avulsas	01	0020197-29.2016	05/05
Com habilitações não lidas	-	-	-
Com pedido liminar ou de antecipação de tutela não apreciado	-	-	-
Com petições não apreciadas	05	0020404-28.2016	04/05
Mandados devolvidos OJ	-	-	-





Pasta	Fase	Quantidade de Processos	Mais antigo	Data
Apreciar urgentes	-	-	-	-
Apreciar dependência	-	-	-	-
Aguardando cumprimento de providência	1- Conhecimento	188	-	-
Aguardando término dos prazos	1- Conhecimento	94	-	-
Análise do Conhecimento	1- Conhecimento	-	-	-
Controle de Sobrestamento/Suspensão	1- Conhecimento	01	0020155-48.2014	17/02
Prazos vencidos	1- Conhecimento	-	-	-
Triagem inicial	1- Conhecimento	03	0020524-71.2016	04/05
Aguardando cumprimento de providência	2-Liquidação	02	-	-
Aguardando término dos prazos	2-Liquidação	01	-	-
Análise de Liquidação	2-Liquidação	-	-	-
Prazos vencidos	2-Liquidação	-	-	-
Aguardando cumprimento de providência	3-Execução	102	-	-
Aguardando término dos prazos	3-Execução	15	-	-
Análise de Execução	3-Execução	-	-	-
Analisar expediente da secretaria	3-Execução	03	0020005-33.2015	04/05
Prazos vencidos	3-Execução	-	-	-

No dia da correição havia quatro agrupadores com processos registrados (“Com petições avulsas”, “Com habilitações não lidas”, “Com petições não apreciadas” e “Mandados devolvidos”), cujo processo mais antigo era de 29.04.2016, no agrupador relativo a petições não apreciadas; nos demais agrupadores, o mais antigo era de 03.05.2016. No momento da inspeção havia apenas dois agrupadores (“Com petições avulsas” e “Com petições não apreciadas”) cujos processos mais antigos, respectivamente, datavam de 05 e 04.05.2016. Resta, pois, evidenciado que a Unidade mantém os agrupadores rigorosamente atualizados, o que facilita o controle dos andamentos processuais.

Ainda, a Vara está muito bem organizada em relação às tarefas e caixas criadas no interior das tarefas, o que facilita a visualização e compreensão dos andamentos processuais executados nos processos eletrônicos. Apenas algumas considerações:

Na tarefa “Aguardando término dos prazos”, subpasta “2016 mês 04 abril – 25 a 29”, o processo 0020922-52.2015.5.04.0664 aguarda apresentação do laudo desde fevereiro/2016, devendo, portanto, ser cobrado da perita (Dra Sabine Chedid).

Na tarefa “Aguardando Cumprimento de Providência – Conhecimento”, subpasta “Sabine - atrasados”, o processo 0020270-35.2015.5.04.0664 aguarda apresentação de laudo pericial/complementar pela perita (Dra. Sabine Chedid), “com urgência”, em face da audiência designada para 18.05.2016, sem movimentação posterior.





Em “Aguardando Cumprimento de Providência – Liq”, subpasta “2016 mês 05 maio – 16 a 20”, houve um tempo considerável sem movimentação no processo 0020103-18.2015.5.04.0664. Com efeito, as partes foram intimadas em 03.02.2016 para, em 05 dias, dizerem sobre a apresentação de cálculos de liquidação, e a nomeação do perito, diante do silêncio dos litigantes, ocorreu somente em 29.04.2016. Percebe-se, entretanto, que se trata de caso isolado, pois a Vara, de modo geral, mantém os prazos bem administrados.

Observou-se, ainda, que o lapso entre o encerramento da instrução e a transferência do processo correspondente para a tarefa “Minutar sentença” (conclusão ao magistrado) observa a previsão do art. 228 do novo CPC (art. 190 CPC revogado). Nesse sentido, cita-se, por amostragem, os processos da subpasta “Dra. Odete” (0021222-14.2015.5.04.0664), subpasta “Dra. Nelsilene” (0020296-67.2014.5.04.0664).

## **10 CONSIDERAÇÕES SOBRE A UNIDADE**

A Unidade encontra-se bem organizada e possui excelentes instalações, contemplando dois gabinetes para juízes. Não obstante a adesão parcial dos servidores à greve, que perdurou de 16.06.2015 a 01.10.2015, e posteriormente férias de parte dos servidores, as rotinas de secretaria elencadas no item 7 demonstram uma boa movimentação processual. Em relação ao PJe, a par das situações pontuais apontadas no item 09 supra, a Unidade também apresenta um bom fluxo de trabalho.

Na análise dos dados estatísticos da unidade, constata-se que houve um aumento de 12,50% no acervo de processos em tramitação em relação ao ano anterior, percentual superior às demais unidades constantes na mesma faixa de movimentação processual no mesmo período e ao do TRT4. Tal fato ocorre em virtude do aumento de processos na fase de conhecimento e na fase de execução.

Verifica-se que, muito embora o número de processos solucionados na Unidade Judiciária tenha apresentado aumento (16,41%) na comparação entre os anos de 2014 e de 2015, passando de 1.164 para 1.355 processos, o número de processos solucionados no último ano foi inferior ao número de casos novos no período em tela – resultando descumprida a Meta n. 01 do Conselho Nacional de Justiça para o ano de 2015, repetindo-se situação verificada no ano de 2014.

No que tange à movimentação processual constata-se que na fase de conhecimento houve um pequeno aumento, mas ainda assim está abaixo da média das unidades similares e do TRT. Na fase de liquidação houve uma pequena redução em relação ao ano anterior, mas ainda gera preocupação os reiterados equívocos na utilização das movimentações processuais. Os erros de movimentação processual na fase de liquidação, apontados no item 3.4.1 (tanto no registro de liquidações iniciadas desnecessariamente, quanto na ausência do movimento adequado na homologação do cálculo), resultam em distorções que prejudicam a apuração do bom desempenho verificado na Unidade. A movimentação processual na fase de execução aumentou em 15,38% em relação ao ano anterior, índice superior à média das unidades similares e à média regional.



Importante destacar que permanecem distorções em relação aos incidentes processuais pendentes de solução, conforme apontado no item 3.6; dessa forma, reitera-se a necessidade de constante verificação e correção das pendências nos incidentes processuais no sistema e-Gestão, uma vez que estes possuem caráter oficial, podendo produzir reflexos, inclusive, nos processos de promoção dos Magistrados.

Ademais, os prazos médios de tramitação na fase de conhecimento e liquidação são bons, mostrando-se mais céleres na comparação com as unidades com tramitação processual similar. O prazo médio da fase de execução também é positivo, apesar de não estar de acordo com os parâmetros do CNJ (conforme meta específica para a Justiça do Trabalho no ano de 2015, em que foi usado o parâmetro de 200 dias para tramitação médio nos tribunais), se encontra bem abaixo da média das unidades com a mesma movimentação e do Regional.

Vale destacar os ótimos prazos médios das audiências iniciais e de prosseguimento.

Ressalta-se, ainda, o empenho dos juízes que atuaram na unidade durante o período correccionado, pelo expressivo número de audiências iniciais realizadas e número de processos solucionados, bem como pelo esforço em diminuir o prazo das audiências, demonstrando assim o comprometimento com a prestação jurisdicional.

Registra-se, também, que apesar do expressivo número de processos que tramita na Unidade, existe empenho e comprometimento dos servidores, fatores que contribuem no célere andamento processual, constatado no reduzido prazo para apreciação do protocolo, certificação do prazo e cumprimento dos despachos.

Em resumo, são elogiáveis os resultados alcançados pela Unidade.

## **11 RECOMENDAÇÕES**

### **ITEM 3.6 (Incidentes Processuais)**

Recomenda-se que, periodicamente, sejam consultadas as tabelas do sistema e-Gestão para verificação dos incidentes processuais há mais de seis meses pendentes de decisão, com correção dos andamentos informatizados, quando for o caso.

### **ITEM 5.2.1 (Meta CNJ 1/2016)**

Recomenda-se à Unidade Judiciária que adote as medidas necessárias para o cumprimento dessa meta, considerando-se que o número de processos solucionados em 2015 foi inferior ao número de processos distribuídos no mesmo período (item 5.1.1), de forma que a meta CNJ 1/2015 não foi cumprida pela Unidade Judiciária.



### **ITEM 5.2.3 (Meta CNJ 3/2016)**

Recomenda-se à Unidade Judiciária que empreenda esforços para o aumento do número de conciliações nesse ano, de forma a atingir a referida meta, considerando-se que a meta correspondente do ano de 2015 não foi cumprida (item 5.3.6, b).

### **ITEM 5.2.4 (Meta CNJ 5/2016)**

Considerando-se que a meta correspondente do ano de 2015 não foi cumprida (item 5.1.3), recomenda-se à Unidade Judiciária que envide esforços no arquivamento definitivo do maior número de execuções possível, sugerindo-se incremento na marcação de audiências para tentativa de conciliação, bem como a utilização dos convênios disponibilizados por este TRT4 (Bacen Jud, HOD, Infojud, RENAJUD, JUCERGS, CEEE, INFOSEG, etc.) a fim de simplificar os atos processuais da fase de execução. Recomenda-se ainda que sejam tomadas providências para que a revisão final do processo e o seu arquivamento definitivo sejam rotinas prioritárias da Unidade Judiciária.

### **ITEM 5.2.6 (Meta CNJ 7/2016)**

Recomenda-se à Unidade Judiciária que adote as medidas necessárias para o cumprimento dessa meta neste ano, considerando-se que a meta correspondente do ano de 2015 não foi cumprida em relação a 50% dos maiores litigantes (item 5.1.5).

### **ITEM 8.4 (Liberação de depósito recursal)**

Recomenda-se ao Juiz da Unidade Judiciária que expeça alvará para liberação de depósito recursal em favor do credor de ofício ou a seu requerimento, após a liquidação da sentença, quando apurado crédito de valor inequivocamente superior ao de depósito recursal (art. 76, I, da CPCG).

## **12 DETERMINAÇÕES GERAIS**

### **ITEM 3.4.1 (Processos pendentes na fase de liquidação)**

Determina-se à Unidade Judiciária, com relação aos processos físicos, que atente à necessidade de lançamento do andamento informatizado “Liquidação Homologada” em momento anterior ao início da execução, para efetivo registro do encerramento da fase de liquidação no sistema inFOR.

Atente, ainda, ao fato de que somente deverão ser remetidos ao fluxo “**Análise de Liquidação**”, mediante o registro da tarefa “**Iniciar Liquidação**”, os processos eletrônicos em que serão realizados os procedimentos de apuração dos valores deferidos em sentença ilíquida, tanto por cálculos, artigos ou arbitramento, nos termos do art. 879 da CLT, ao contrário do que foi realizado nos processos nº 0020092-86.2015.5.04.0664 e nº 0020318-28.2014.5.04.0664.



### ITEM 3.5.3 (Banco Nacional de Devedores Trabalhistas)

Determina-se que a Unidade Judiciária:

- a) efetue a devida anotação quando houver garantia da execução (por depósito, bloqueio de numerário ou penhora de bens suficientes devidamente formalizada) no respectivo campo do sistema informatizado;
- b) sempre que determinada a extinção da execução ou o arquivamento dos autos, verifique a situação dos executados em relação ao BNDT, evitando, assim, as situações descritas no item 3.5.3.

### ITEM 8.1 (Análise dos Processos Físicos)

Determina-se que a Unidade Judiciária atente para os prazos previstos para a prática dos atos processuais e cumpra, de imediato, as determinações contidas nos despachos, conforme determina o art. 228 do CPC/2015 (art. 190 do CPC revogado).

## 13 DETERMINAÇÕES ESPECÍFICAS

### 13.1 SECRETARIA

#### ITEM 3.5.3 (Banco Nacional de Devedores Trabalhistas)

Determina-se que a Unidade Judiciária efetue a exclusão do devedor do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas (BNDT) **no processo 0000322-78.2013.5.04.0664**, com o registro no campo “quitado” na respectiva aba do sistema inFOR. Destaca-se que esse procedimento deve ser sempre efetuado com prioridade, nos termos do art. 2º do Provimento Conjunto nº 19, da Presidência e da Corregedoria Regional do TRT4, de 27.12.2011.

#### ITEM 3.6 (Incidentes Processuais)

Determina-se que a Unidade Judiciária, a fim de sanar as distorções estatísticas verificadas:

- a) efetue a exclusão do andamento informatizado “Petição Protocolada – 290 – Embargos de Declaração – Oposição – RDA”, datado de 19.08.2014, no processo nº 0000183-92.2014.5.04.0664, seguida pelo lançamento, retroativo à referida data, do andamento “Petição Protocolada – 750 – Outros – Movimentação Não Nominada – RDA”;
- b) efetue a exclusão do andamento informatizado “Petição Protocolada – 380 – Impugnação à Sentença de Liquidação – Apresentação – RTE”, datado de 17.07.2015, no processo nº 0000058-61.2013.5.04.0664, seguida pelo lançamento, retroativo à referida data, do andamento “Petição Protocolada – 080 – Cálculos – Requerimento/Manifestação Sobre – RTE”;
- c) efetue a exclusão do andamento informatizado “Petição Protocolada – 280 – Embargos à Execução/Penhora – Apresentação – RDA”, datado de 13.05.2015, no processo nº 0000879-02.2012.5.04.0664;



- d) efetue o lançamento dos andamentos informatizados, com data retroativa a 01.04.2013, relativos à conclusão para julgamento da exceção de pré-executividade apresentada pela parte ré e da decisão que acolheu o referido incidente processual no processo nº 0000768-61.2011.5.04.0661.

### **ITENS 6.3 (Prazo médio das audiências iniciais)**

Determina-se que, quando da organização da pauta de audiências, a Unidade observe o caráter prioritário dos processos do rito sumaríssimo, e adote as providências necessárias para o cumprimento do prazo de 15 dias para designação da audiência inicial, estabelecido no art. 852-B, III, da CLT, assim como não seja excedido o lapso de 40 dias para marcação de audiências iniciais.

### **ITEM 7.10.1 (Advogados – Cargas vencidas há mais de 10 Dias)**

Determina-se a cobrança dos autos com prazo de devolução excedido há mais de 10 dias, listados no item 7.10.1 deste relatório correcional, bem como a redução do lapso para esse fim, em cumprimento ao disposto no art. 51, § 1º, da CPR.

### **ITEM 8.2 (Irregularidades nos andamentos no InFOR)**

A listagem apontou **106 processos sem movimentação há mais de 30 dias**. Desta totalidade, excetuam-se os processos em situação regular (aguardam cumprimento de acordo, julgamento de Agravo de Instrumento ou Recurso de Revista, pagamento de precatório, andamento de outros processos, estão com prazo em andamento, suspensos/sobrestados/conclusos ou sendo movimentados pela Secretaria). Determina-se que a Unidade Judiciária regularize, com a maior brevidade possível, os andamentos processuais abaixo exemplificados **e todos que estejam em situação similar**. Para tanto:

- a) tome as providências necessárias para dar prosseguimento ao feito em processos como os de nº 0142600-92.2005.5.04.0661, 0286000-11.1998.5.04.0662, 0214100-53.2007.5.04.0661, 0133600-31.2006.5.04.0662, 0054200-31.2007.5.04.0662, 0000656-15.2013.5.04.0664, dentre outros;
- b) dê andamento a processos recebidos do TST/TRT como o de nº 0000404-12.2013.5.04.0664, dentre outros;
- c) atualize os registros de processos como os de nº 0000170-07.2011.5.04.0662, 0038500-47.2009.5.04.0661, 0000459-37.2011.5.04.0662, 0078300-19.2008.5.04.0661, dentre outros.

### **ITEM 9 (Processo Judicial Eletrônico – PJe)**

Determina-se à Unidade Judiciária que cobre os processos 0020922-52.2015.5.04.0664 e 0020270-35.2015.5.04.0664 da perita Sabine Chedid.





## **13.2 MAGISTRADOS**

### **ITEM 6.9 (Sentenças com Prazo Excedido)**

Determina-se que os Juízes **Fernando Reichenbach**, **Márcia Padula Mucenic** e **Táise Sanchi Ferrão** profiram as sentenças nos processos conclusos há mais de 50 dias com a maior brevidade possível, devendo ser observada a cronologia da data de conclusão, priorizando aqueles há mais tempo pendentes de julgamento.

O Juiz Substituto Fernando Reichenbach deve proferir sua sentença atrasada no prazo de 05 dias.

A Juíza Substituta Márcia Padula Mucenic deve proferir sua sentença atrasada no prazo de 05 dias.

A Juíza Substituta Táise Sanchi Ferrão deve apresentar plano de trabalho para efetiva redução de seu residuo no prazo de 5 dias.

O cumprimento dessa determinação será acompanhado pela Secretaria desta Corregedoria, mediante expediente próprio.

## **14 PRESENÇAS**

Além do tempo destinado à conclusão da inspeção e ao contato direto com a Juíza Titular, o Diretor de Secretaria e os servidores da Unidade Judiciária, a Corregedora Regional esteve na Secretaria da 1ª Vara Trabalho de Passo Fundo no dia 04.05.2016, das 11h às 12h, à disposição das partes, dos advogados, dos peritos e de quaisquer interessados para tratarem de questões às Unidades Judiciárias desse Foro. Além do tempo destinado à conclusão da inspeção e ao contato direto com a Juíza Titular, o Diretor de Secretaria e os servidores da Unidade Judiciária, a Corregedora Regional esteve na 1ª Vara Trabalho de Passo Fundo no dia 04.05.2016, das 11h às 12h, à disposição das partes, dos advogados, dos peritos e de quaisquer interessados para tratarem de questões referentes às Unidades Judiciárias desse Foro. Compareceram os representantes da OAB/RS Subseção local, recebidos em grupo, os advogados Flávio Benvegno Júnior, Gilberto Pens, Juliano Kaiser, Renan Dutra, Luciano de Araújo Migliavacca e Morgana Bordignon, elogiaram o atendimento e funcionamento da 4ª Vara do Trabalho de Passo Fundo e manifestaram preocupação com a informação dada pelas Secretarias das 3ª e 4ª Varas, criando expectativas aos reclamantes ao informar o valor bruto, já que devidos somente os valores líquidos. Estiveram de forma individual os advogados Ademar Toffoli, Patrícia Pádua e Jamile Moyses. Também compareceram os Procuradores da Fazenda Pública Marcelo Polo e Marcos Paulo Sandri requerendo a uniformidade do prazo para contestação em anulação de auto de lançamento. Compareceram representantes da Rádio Planalto e do Jornal Diário da Manhã.

## **16 PRAZO PARA RESPOSTA**

**16.1 O Diretor de Secretaria** deverá cientificar os servidores lotados na Unidade Judiciária das recomendações e das determinações contidas neste





Relatório de Inspeção, estabelecendo-se o prazo de 30 dias para comunicação pormenorizada à Assessoria Jurídica da Corregedoria (exclusivamente pelo e-mail [assjcor@trt4.jus.br](mailto:assjcor@trt4.jus.br)) sobre a adoção das medidas necessárias ao integral suprimento de cada uma das inconsistências detectadas, inclusive quanto a cada um dos processos especificados.

**16.2** Os Juízes **Fernando Reichenbach**, **Márcia Padula Mucenic** e **Táise Sanchi Ferrão** deverão atender as determinações respectivas constantes deste relatório, observados os prazos estipulados.

## **17 ENCERRAMENTO**

Registra-se a cordialidade dispensada pela Juíza Titular, Odete Carlin, pelo Diretor de Secretaria, Vilsomar Rizzatto e pelos servidores presentes na Unidade Judiciária, prestando importante colaboração para o bom encaminhamento da inspeção correcional. E, para os devidos fins, é por mim, Guy de Bruchard, Assessor Jurídico da Corregedoria, lavrado o presente Relatório, que é assinado pela Corregedora Regional.

A presente ata foi assinada e publicada nesta data em razão da participação da Corregedora Regional no curso da ENAMAT, de 10 a 13.05.2016, bem como no COLEPRECOR, nos dias 18 e 19.05.2016.

**Maria da Graça Ribeiro Centeno**  
**Corregedora Regional**